

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

CHECK LIST - TERMO DE REFERÊNCIA

Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Santa Quitéria/CE
Novembro/2021

QUALIFICAÇÃO

Cliente: Consórcio Santa Quitéria

Produto: Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
CHECK LIST

Objeto: Projeto Santa Quitéria (PSQ)

Data: Novembro/2021

NÚMERO: 20_605_Vol.1_rev01	ELABORADO POR: Elcio Terron	APROVADO POR: Ricardo Lieutaud	DATA: 08/11/2021
--------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	47.1 - O empreendimento deverá apresentar descrição, de modo geral, destacando o contexto em que se insere e seus requisitos para o licenciamento.	I	1	1	Introdução	1. Introdução
VOL 1	47.2 A introdução sobre o EIA deverá ser apresentada, descrevendo o conteúdo de cada capítulo e a organização do trabalho e sua estrutura.	I	1	1	Introdução	1. Introdução
VOL 1	48.II.a) Identificação da empresa responsável pelo empreendimento:	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.a.1) Nome e Razão social;	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.a.2) Endereço para correspondência; Telefone e Fax;	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.a.3) Inscrição Estadual e CNPJ;	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.a.4) Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail).	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.a.5) Número de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e certificado de regularidade;	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.a.6) Representantes legais (nome, CPF, CTF, endereço postal, endereço eletrônico, telefone e fax) e profissional para contato (nome, CPF, endereço postal, endereço eletrônico, telefone e fax).	I	2	2.1	Identificação da empresa responsável pelo empreendimento	2.1. Identificação da empresa responsável pelo empreendimento
VOL 1	48.II.b) Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	I	2	2.2	Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	2.2. Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA
VOL 1	48.II.b.1) Nome e Razão social;	I	2	2.2	Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	2.2. Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA
VOL 1	48.II.b.2) Endereço para correspondência; Telefone, fax e e-mail;	I	2	2.2	Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	2.2. Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA
VOL 1	48.II.b.3) Inscrição Estadual e CNPJ;	I	2	2.2	Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	2.2. Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA
VOL 1	48.II.b.4) Representantes legais (nome, CPF, anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), CTF, Registros nos Conselhos de Classe, entre outros);	I	2	2.2	Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	2.2. Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA
VOL 1	48.II.b.5) Números de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e certificado de regularidade;	I	2	2.2	Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA	2.2. Identificação da empresa responsável pelo EIA/RIMA
VOL 1	48.II.b.6) Registro nos respectivos Conselhos de Classe e Anotação de Responsabilidade Técnica da equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo, além do Cadastro Técnico Federal (CTF) do Ibama	I	2	2.3	Equipe Técnica	2.3. Equipe Técnica
VOL 1	49 - Os estudos deverão apresentar a identificação e assinatura eletrônica do coordenador-geral e dos coordenadores temáticos em todas as folhas do Estudo e a declaração de participação e responsabilidade pelos dados.	I	2	2.3	Equipe Técnica	2.3. Equipe Técnica
VOL 1	50 - Nesse sentido, o Estudo Ambiental deverá conter quadro resumo com as assinaturas e os principais dados exigidos de todos os técnicos responsáveis pela elaboração do Estudo Ambiental (número do CTF, número do Conselho de Classe). Além disso, o quadro resumo deve discriminar a responsabilidade de cada empresa ou profissional contratado no que se refere ao tema desenvolvido.	I	2	2.3	Equipe Técnica	2.3. Equipe Técnica
VOL 1	52 - O objeto do licenciamento deverá apresentar descrição detalhada de todos os constituintes do empreendimento, as instalações e os equipamentos a serem implantados e a infraestrutura de apoio, além da descrição de obras e/ou infraestruturas associadas necessárias tanto para a implantação como para o funcionamento do projeto, indicando, o porte, a área ocupada, a extensão/dimensão e a capacidade instalada total;	I	3	3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.6	Caracterização do Empreendimento	3.2 Características fisiográficas da área; 3.3 Concepção do Projeto; 3.4 Caracterização da jazida e reservas minerais; 3.5 Operações Unitárias Principais 3.6 Operações Unitárias Auxiliares

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	53 - A concepção do projeto do empreendimento deverá apresentar descrição que compreenda as minas, as plantas industriais, as estruturas de apoio e as estruturas associadas para fornecimento de insumos demandas pelo processo produtivo, de maneira à correta compreensão das atividades, dos processos e demais ações que comporão as fases de planejamento, implantação, operação e descomissionamento.	I	3	3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.6	Caracterização do Empreendimento	3.2 Características fisiográficas da área; 3.3 Concepção do Projeto; 3.4 Caracterização da jazida e reservas minerais; 3.5 Operações Unitárias Principais 3.6 Operações Unitárias Auxiliares
VOL 1	54 - O sistema de abastecimento de água do projeto, insumo primordial, deverá ser contemplado, justificando e comprovando que esse sistema integra o empreendimento, independentemente do executor/financiador das obras, prevendo a alternativa de implantação por conta do empreendedor, justificando e comprovando que o mesmo será suficiente e adequado à implantação e operação do empreendimento durante toda sua vida útil, condição essencial à avaliação da viabilidade do projeto.	III	8.3	8.3.19.4.1.	Planos e Programas Colocalizados	8.3.19.4.1. Sistema Adutor
VOL 1	55 - O detalhamento do sistema de abastecimento de água do projeto para a etapa de implantação e de operação deverá ser descrito e detalhado de forma que fique comprovado que o mesmo será suficiente e adequado à implantação e operação do empreendimento durante toda sua vida útil, tendo por base a caracterização rigorosa da oferta atual e futura de água, com e sem o PCISQ, com atenção à demanda de abastecimento humano, bem como reste comprovada a viabilidade de abastecimento hídrico para o empreendimento.	I	3	3.6; 8.3.19.3.1	Operações Unitárias Auxiliares	3.6.1.3.2 - Abastecimento de Água (Implantação) 3.6.2.1.1 - Abastecimento de Água (Operação); 8.3.19.4.1- Sistema Adutor
VOL 1	56 - Deverá haver posicionamento conclusivo quanto à disponibilidade hídrica suficiente para garantir o fornecimento de água durante todas as etapas do projeto, sem prejuízo aos demais usos hídricos;	I	3	3.6; 8.3.19.4.1	Operações Unitárias Auxiliares	3.6.1.3.2 - Abastecimento de Água (Implantação) 3.6.2.1.1 - Abastecimento de Água (Operação); 8.3.19.4.1 - Sistema Adutor
VOL 1	57 - Deverá ser detalhado toda a rede de distribuição de água externamente ao sítio de Santa Quitéria e interna;	I	3	3.6.1.3.2; 3.6.2.1.1; 8.3.19.4.1	Operações Unitárias Auxiliares	3.6.1.3.2 - Abastecimento de Água (Implantação) 3.6.2.1.1 - Abastecimento de Água (Operação) 8.3.19.4.1 - Sistema Adutor
VOL 1	58 - Apresentar cronograma para a fase de implantação, considerando a instalação de sistema de abastecimento de água e de todos os demais insumos necessários ao projeto, e para etapa de operação.	I	3	3.10	Cronograma do Empreendimento	3.10 Cronograma do Empreendimento
VOL 1	59 - O histórico de concepção do projeto deverá ser relatado, levando a evolução dos aspectos tecnológicos que mantenham interface com o meio ambiente.	I	3	3.3.1	Histórico do Projeto	3.3.1 - Histórico do Projeto
VOL 1	60 - Uma apresentação sucinta do empreendimento deverá ser realizada, com descrição das Unidades de Fosfato e de Urânio, contemplando sua inserção regional, sua localização geopolítica, malha de transporte e bacias hidrográficas.	I	3	3.2	Características fisiográficas da área	3.2 Características fisiográficas da área
VOL 1	61 - O Mapa de Localização Regional do Empreendimento deverá ser apresentado, devendo ser elaborado em escala compatível para visualização geral da área e das principais estruturas, e conter, pelo menos, as seguintes informações:	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	a) Limites da propriedade;	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	b) Localização das propriedades circunvizinhas; Drenagens principais;	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	c) Zonas urbanas	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	d) Limites municipais, estaduais e nacionais;	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	e) Malha de coordenadas georreferenciadas;	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	f) Sistema viário;	I	3	3.2.1.	Inserção regional	3.2.1. Inserção regional
VOL 1	g) Unidades de conservação, zonas de amortecimento, terras indígenas e de comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, sítios arqueológicos e demais áreas relevantes.	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	62 - Deve-se apresentar planta planialtimétrica local, georreferenciado, em escala compatível, contendo as seguintes informações:	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	a) Limites da propriedade, com identificação das propriedades vizinhas; Poligonal delimitadora das áreas de extração, autenticada pelo DNPM;	I	3	3.2.2 ;3.2.1	Inserção Local Inserção regional	3.2.2 Inserção Local 3.2.1. Inserção regional
VOL 1	b) Áreas projetadas para a lavra e de todas as atividades industriais das Unidades de Fosfato e de Urânio;	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	c) Áreas projetadas para canteiro de obras, áreas de empréstimo e de depósitos de estéril, barragens de rejeito, estruturas de controle ambiental;	I	3	3.2.2; 3.6.12.1	Inserção Local Canteiro de obras	3.2.2 Inserção Local 3.6.1.2.1 - Canteiro de obras
VOL 1	d) Pontos de captação de água;	I	3	8.3.19	Planos e Programas Colocalizados	8.3.19 - Planos e Programas Colocalizados
VOL 1	e) Estruturas definitivas de apoio e administrativo;	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	f) Estradas, acessos existentes e projetados provisórios e definitivos;	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	g) Áreas protegidas e reservas legais e/ou com restrições legais;	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	h) Drenagens naturais;	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	i) Áreas habitadas;	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	j) Demais estruturas de interesse ao projeto.	I	3	3.2.2	Inserção Local	3.2.2 Inserção Local
VOL 1	63 - A caracterização do empreendimento deverá ser feita em dois grupos distintos: instalações minero industriais convencionais e instalação nuclear, composta por textos descritivos, diagramas de blocos de processos e ilustrações. Ademais, as descrições dos processos e tarefas que compõem cada instalação deverão ser contempladas, sendo agrupados em 3 (três) categorias distintas, a saber: operações unitárias principais, operações unitárias auxiliares e operações unitárias de controle da qualidade ambiental	I	3	3.3; 3.4; 3.5	Concepção do Projeto Caracterização da jazida e reservas minerais Operações Unitárias Principais	3.3 Concepção do Projeto 3.4 Caracterização da jazida e reservas minerais 3.5 Operações Unitárias Principais
VOL 1	64 - O empreendedor deverá atender aos REQUISITOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA PARA INSTALAÇÕES MÍNERO-INDUSTRIAIS da Resolução CNEN 208/2016.	I	3	3.5 ; 3.5.1 ; 3.5.2	Operações Unitárias Principais Instalação Mineroindustrial Instalação de Urânio - Área 600	3.5 Operações Unitárias Principais 3.5.1 Instalação Mineroindustrial 3.5.2 Instalação de Urânio - Área 600
VOL 1	65 - A caracterização a ser feita no Programa de Monitoramento Pré-operacional deverá apresentar os valores basais dos diversos elementos químicos presentes (238U, 234U, 210Pb, 230Th, 222Rn, Mn, Ba, F, Cl, P, N e metais pesados). Esta caracterização deve ser realizada nos diversos compartimentos ambientais, são eles: solo, água subterrânea, água superficial, atmosfera e biota aquática e terrestre).	IV	11	11.23.	Programa de Monitoração Radiológica Ambiental Pré-Operacional (PMRA-PO)	11.23. Programa de Monitoração Radiológica Ambiental Pré-Operacional (PMRA-PO)
VOL 1	66 -O valor total de investimento no empreendimento deverá ser especificado e deverá apresentar previsão de custos para recuperação de áreas degradadas, descomissionamento/desmobilização da mina e equipamentos.	I	3	3.11	Investimento Financeiro	3.11 - Investimento Financeiro
VOL 1	67 - As etapas de implantação e operação do empreendimento deverão ser observadas de forma a caracterizar separadamente cada uma dessas etapas com, no mínimo, as especificações a seguir:	I	3	3.5	Operações Unitárias Principais	3.5 Operações Unitárias Principais
VOL 1	68 - Dever-se-á descrever o conjunto de processos e suas respectivas atividades responsáveis diretamente pela geração do (s) produto(s), objeto maior de cada unidade do empreendimento.	I	3	3.5	Operações Unitárias Principais	3.5 Operações Unitárias Principais
VOL 1	69 - Unidade de Fosfato: Para esta unidade deverá ser apresentada	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Descrição esquemática da jazida;	I	3	3.4; 3.5; 3.5.1	Caracterização da jazida e reservas minerais Instalação Mineroindustrial Mina - Área 100	3.4 Caracterização da jazida e reservas minerais 3.5.1 Instalação Mineroindustrial 3.5.1.1 Mina - Área 100 ANEXO 3-2 - PLANO DE APROVEITAMENTO ECONOMICO

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	b) Caracterização do minério;	I	3	3.4	Caracterização da jazida e reservas minerais	3.4 Caracterização da jazida e reservas minerais
VOL 1	c) Tipo de lavra, destacando os aspectos geológicos e geotécnicos, explicitando todas as suas etapas por meio de fluxograma detalhado do processo;	I	3	3.5.1.1.1	Planejamento de Lavra	3.5.1.1.1 Planejamento de Lavra
VOL 1	d) Figuras, imagens de satélite ou ortofotos atuais (em escala compatível) plotando as estruturas a serem construídas em decorrência da lavra;	I	3	3.3.2	Layout do Empreendimento	3.3.2 Layout do Empreendimento
VOL 1	e) Estabelecimento da provável localização e dimensões da poligonal delimitadora das áreas de extração outorgada pelo DNPM (poligonal georreferenciada das pilhas de estéril, barragem(ns) de rejeito, assim como suas eventuais intervenções em áreas de preservação permanente;	I	3	3.2.2	Inserção local	3.2.2 Inserção local
VOL 1	f) Previsão de produção e vida útil da mina com seus respectivos volumes a serem lavrados e reservas minerais;	I	3	3.5.1.1.1	Planejamento de Lavra	3.5.1.1.1 Planejamento de Lavra
VOL 1	g) Caracterização das áreas de disposição de estéril, indicação da necessidade de utilização de explosivos no processo de lavra, caracterizando o tipo de material, a forma de manuseio e transporte, além de destacar os aspectos de segurança e estocagem;	I	3	3.5.1.1.1; 3.5.1.1.2 ; 3.5.1.1.4	Planejamento de Lavra Operação de Lavra Pilha de Estéril - Área 120	3.5.1.1.1 Planejamento de Lavra 3.5.1.1.2 Operação de Lavra 3.5.1.1.4 Pilha de Estéril - Área 120
VOL 1	h) Especificação do tipo de transporte a ser utilizado, a distância média e o traçado entre a frente de lavra e as áreas de beneficiamento do minério;	I	3	3.5.1.1.3	Equipamentos	3.5.1.1.3 Equipamentos
VOL 1	i) Fluxograma detalhado do processo, especificando os equipamentos, as entradas e as saídas (pontos de geração dos produtos, resíduos, efluentes e emissões);	I	3	3.5	Operações Unitárias Principais	3.5 Operações Unitárias Principais
VOL 1	j) Descrição das instalações do processo de operação do sistema de beneficiamento; Caracterização das áreas de disposição de rejeitos, efluentes e produtos;	I	3	3.5.1.2 ; 3.5.1.7; 3.5.1.4.8	Planta de Beneficiamento Mineral - Área 200 Efluentes e Resíduos da Instalação Minerioindustrial Pilha de fosfogesso e cal - Área 380	3.5.1.2 Planta de Beneficiamento Mineral - Área 200 3.5.1.7 Efluentes e Resíduos da Instalação Minerioindustrial 3.5.1.4.8 Pilha de fosfogesso e cal - Área 380
VOL 1	k) Apresentação de figuras, imagens de satélite ou ortofotos atuais (em escala compatível) plotando as estruturas a serem construídas em decorrência da construção da planta de beneficiamento. E estabelecimento da provável localização e dimensões (poligonal georreferenciada) dos pátios de estocagem de produtos, assim como suas eventuais intervenções em áreas de preservação permanente;	I	3	3.2.2	Inserção local	3.2.2 Inserção local
VOL 1	l) Caracterização dos insumos (teor de pureza e identidade das substâncias químicas) a serem utilizados no beneficiamento;	I	3	3.5.1.8	Insumos	3.5.1.8. Insumos
VOL 1	m) Descrição e caracterização dos produtos gerados no beneficiamento;	I	3	3.5.1.2.	Planta de Beneficiamento Mineral - Área 200	3.5.1.2 Planta de Beneficiamento Mineral - Área 200
VOL 1	n) Apresentação de balanço entre demanda e oferta de água e energia para o processo de beneficiamento, caracterizando as fontes com os respectivos regimes de utilização, considerando as potencialidades levantadas no diagnóstico ambiental;	I	3	3.6.2.1.1 ; 3.6.2.1.2	Abastecimento de Água Energia Elétrica	3.6.2.1.1 Abastecimento de Água 3.6.2.1.2 Energia Elétrica
VOL 1	o) Apresentação da matriz energética com o detalhamento de uso no processo;	I	3	3.6.2.1.2	Energia Elétrica	3.6.2.1.2 Energia Elétrica
VOL 1	p) Indicação da destinação do produto e as formas de transporte, apresentando mapa com a localização do empreendimento e as rotas viárias, vias de escoamento dos produtos nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento	I	3	3.5.5	Produtos e Expedição	3.5.5 Produtos e Expedição
VOL 1	70 - Unidade de Urânio	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Descrição detalhada da unidade de produção, com justificativas para a tecnologia adotada no processamento do produto final;	I	3	3.5.2.9.6	Definição da tecnologia do Uranio	3.5.2.1. Definição da tecnologia do Uranio

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	b) Apresentação de forma descritiva e quantitativa a utilização, consumo, transporte, armazenamento, estocagem, grau de toxicidade, teor de pureza e destinação final dos produtos químicos utilizados no processo químico;	I	3	3.5.2.9.6	Resumo dos insumos da instalação de Urânio	3.5.2.9.6 Resumo dos insumos da instalação de Urânio
VOL 1	c) Caracterização físico-química dos subprodutos, rejeitos e resíduos obtidos (identidade e teor), em cada uma das fases do processo, até a obtenção do produto;	I	3	3.5.2.2.6 ; 3.5.2.5 ; 3.5.2.8	Regeneração do solvente Unidade de Descontaminação de Urânio em Águas Ácidas - Área 640 Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio	3.5.2.2.6 Regeneração do solvente 3.5.2.5 Unidade de Descontaminação de Urânio em Águas Ácidas - Área 640 3.5.2.8 Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio
VOL 1	d) Identificação de todos os efluentes industriais: líquidos, sólidos e gasosos (identidades das substâncias e teor), gerados no processo, indicando os equipamentos para proteção da qualidade ambiental, descarte e destinação final;	I	3	3.5.2.8	Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio	3.5.2.8 Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio
VOL 1	f) Apresentação de balanço entre demanda e oferta de água e de energia para o processo de beneficiamento, caracterizando as fontes com os respectivos regimes de utilização, considerando as potencialidades levantadas no diagnóstico ambiental;	I	3	3.6.2.1.1 ; 3.6.2.1.2	Abastecimento de Água Energia Elétrica	3.6.2.1.1 Abastecimento de Água 3.6.2.1.2 Energia Elétrica
VOL 1	g) Demonstração do balanço hídrico e a demanda energética para o processo produtivo;	I	3	3.6.2.1.1 ; 3.6.2.1.2	Abastecimento de Água Energia Elétrica	3.6.2.1.1 Abastecimento de Água 3.6.2.1.2 Energia Elétrica
VOL 1	h) Mecanismos de neutralização de efluentes;	I	3	3.5.2.8	Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio	3.5.2.8 Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio
VOL 1	i) Apresentação da destinação do produto e as formas de transporte, apresentando mapa com a localização do empreendimento e as vias de escoamento dos produtos nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento;	I	3	3.5.5	Produtos e Expedição	3.5.5 Produtos e Expedição
VOL 1	j) Descrição dos mecanismos de controle e disposição dos resíduos radioativos gerados na unidade.	I	3	3.5.2.8 ; 3.6.2.3	Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio Estruturas de Apoio e Atividades Operacionais da Instalação de Urânio	3.5.2.8 Efluentes e Resíduos da Instalação de Urânio 3.6.2.3 Estruturas de Apoio e Atividades Operacionais da Instalação de Urânio
VOL 1	71 - Descrição do conjunto de processos e suas respectivas tarefas, responsáveis por suprir a infraestrutura necessária ao empreendimento, para as fases de implantação, operação e fechamento, a saber:	I	3	3.6.1 ; 3.6.2. ; 3.8	Fase de Implantação; Fase de Operação; Descomissionamento do Empreendimento	3.6.1 Fase de Implantação; 3.6.2. Fase de Operação; 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	a) Serviços preliminares para Infraestrutura como: terraplanagem, supressão de vegetação, limpeza do terreno, adequação e abertura de vias de acesso, fabricação de concreto, britagem, construção das estruturas prediais, instalação das máquinas e equipamentos de grande porte a auxiliar o período operacional, rebaixamentos de lençol freático, detonações de rochas;	I	3	3.6.1	Fase de Implantação	3.6.1 Fase de Implantação
VOL 1	b) Estradas e acessos;	I	3	3.6.1.1.4	Abertura de acessos.	3.6.1.1.4 Abertura de acessos.
VOL 1	c) Alojamentos;	I	3	NA		
VOL 1	d) Canteiro de obras e seu descomissionamento após finalização dos serviços;	I	3	3.6.1.2.1 ; 3.6.1.6	Canteiro de obras; Descomissionamento do Canteiro de Obras.	3.6.1.2.1 Canteiro de obras; 3.6.1.6. Descomissionamento do Canteiro de Obras.
VOL 1	e) Unidades administrativas;	I	3	3.6.2.2.3	Escritório Central	3.6.2.2.3 Escritório Central
VOL 1	f) Restaurantes e refeitórios;	I	3	3.6.2.2. ; 3.6.2.2.8	Estruturas de Apoio e Atividades Operacionais do PSQ; Refeitórios	3.6.2.2. Estruturas de Apoio e Atividades Operacionais do PSQ; 3.6.2.2.8 Refeitórios
VOL 1	g) Oficinas diversas	I		3.6.2.2.7	Oficinas e Almoxarifado	3.6.2.2.7 Oficinas e Almoxarifado
VOL 1	h) Fonte (s) de energia elétrica e linha de transmissão;	I	3	3.6.1.3.3 ; 3.6.2.1.2.	Energia elétrica Energia Elétrica	3.6.1.3.3 Energia elétrica 3.6.2.1.2. Energia Elétrica
VOL 1	i) A caracterização do sistema de captação, tratamento e distribuição de água deverá considerar:	I	3	3.6.2.1.1	Abastecimento de Água	3.6.2.1.1. Abastecimento de Água

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	i.1) Balanço hídrico esperado durante todas as fases do projeto. Necessidades identificadas para águas de processo, águas potáveis e águas não-potáveis nas fases de construção, início da operação, situações em operação normal e de emergência. Apresentar balanço entre volume captado, consumido e retornado, considerando-se planos de reutilização de águas residuais e outros sistemas de reciclagem	I	3	3.6.2.1.1	Abastecimento de Água	3.6.2.1.1. Abastecimento de Água
VOL 1	i.2) Planos de contingência em caso de restrições à fonte de abastecimento de água do empreendimento (por exemplo, devido às condições de outorga, às limitações de volume de origem, mudanças climáticas ou déficits hídricos ocasionados por impactos cumulativos);	I	3	3.6.2.1.1. ; 3.6.2.1.1.2 ; 8.3.19.4.1.	Abastecimento de Água Plano de Contingência e Emergência Sistema Adutor	3.6.2.1.1. Abastecimento de Água 3.6.2.1.1.2 Plano de Contingência e Emergência 8.3.19.4.1. Sistema Adutor
VOL 1	i.3) Medidas ou aspectos de projeto voltados a garantir o uso eficiente da água, incluindo alternativas para reduzir o consumo de água, tais como a minimização, reuso, conservação e melhorias tecnológicas;	I	3	3.5.3.2 ; 3.6.2.1.1	Sistema de Água Bruta - Área 905 Abastecimento de Água	3.5.3.2 Sistema de Água Bruta - Área 905 3.6.2.1.1 Abastecimento de Água
VOL 1	i.4) Referente à adutora, deverá apresentar a extensão e o percurso escolhido, identificando eventuais pontos notáveis, tais como travessias de rios, estradas, ferrovias, edificações, fragmentos florestais, áreas de preservação permanente, dentre outros que se julgarem necessários.	I	3	8.3.19.4.1	Adutora de Água Bruta	8.3.19.4.1 - Adutora de Água Bruta
VOL 1	i.5) Dentre outros, necessários a implantação, operação e fechamento do empreendimento.	I	3	3.6 ; 3.8.1	Operações Unitárias Auxiliares Plano de Descomissionamento	3.6 Operações Unitárias Auxiliares 3.8.1 Plano de Descomissionamento
VOL 1	72 - Dever-se-á indicar, localizar, delimitar e descrever todas as estruturas de apoio da etapa de implantação do empreendimento, como, por exemplo: canteiro de obras, acessos temporários que servirão à logística da obra e demais estruturas relacionadas ao desenvolvimento das ações construtivas, como: alojamento, refeitório, área de estocagem de insumos, sistemas de controle ambientais temporários, áreas de armazenamento e abastecimento de veículos, central de concreto, central de britagem, oficinas de manutenção, áreas de lavagem de peças e veículos, entre outras pertinentes e se aplicável	I	3	3.6.1	Fase de Implantação.	3.6.1 Fase de Implantação.
VOL 1	73 - Cada estrutura deverá apresentar descrição, especificando a quantidade de unidades, área, função, principais atividades que serão realizadas na estrutura descrita, com que tipo de material de construção previsto (se cabível ou se possível), que tipo(s) de sistema de controle será(ão) implantado(s) para atender a cada estrutura.	I	3	3.6.1	Fase de Implantação.	3.6.1 Fase de Implantação.
VOL 1	74 - O conjunto de processos, e suas respectivas atividades responsáveis por garantir o controle da qualidade ambiental de cada unidade do empreendimento, deverá ser descrito seja na fase de planejamento, de implantação, de operação e na fase de fechamento, tais como:	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	a) Estação de tratamento de águas;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	b) Estação de tratamento de efluentes domésticos;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	c) Estação de tratamento de efluentes químicos (se for o caso);	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	d) Fossas sépticas;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	e) Separadores de água e óleo;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	f) Barragens de rejeitos;	I	3	NA		
VOL 1	g) Sistemas de contenção de sedimentos;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	h) Sistemas de drenagens em geral;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	i) Depósito intermediário de resíduos;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	j) Sistemas de comunicação / telecomunicações (comunicação de	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	k) Inclinação e estabilidade dos taludes;	I	3	3.7.1.5 ; 3.7.2.8	Inclinação e Estabilidade de Taludes Inclinação e Estabilidade de Taludes	3.7.1.5 Inclinação e Estabilidade de Taludes 3.7.2.7 Inclinação e Estabilidade de Taludes
VOL 1	l) Emissões atmosféricas;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	m) Ruído e/ou vibração;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	n) Sistemas de controle do transporte do minério;	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	o) Dentre outros, necessários a implantação, operação e fechamento do empreendimento	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	75 - O mapa de localização das estruturas deverá ser apresentado em escala compatível com a dimensão do empreendimento, além de imagens e figuras que auxiliem a parte descritiva.	I	3	3.3.2	Layout do Empreendimento	3.3.2 Layout do Empreendimento
VOL 1	76 - Além dos controles intrínsecos ao processo, dever-se-á considerar e descrever os sistemas de controle ambiental para efluentes líquidos, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos e emissão de ruídos e vibração que usualmente são implantados nos empreendimentos como forma de garantir a conformidade legal destes aspectos ambientais inerentes aos processos e tarefas consideradas.	I	3	3.7 ; 3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	77 - O memorial descritivo conceitual dos Sistemas de Controle da Qualidade Ambiental deverá ser apresentado, seguindo as recomendações de cada item constituinte.	I	3	3.7.1 ; 3.7.2 ; 3.8	Fase de Implantação Fase de Operação Descomissionamento do Empreendimento	3.7.1. Fase de Implantação 3.7.2. Fase de Operação 3.8. Descomissionamento do Empreendimento

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	78 - Detalhar as alternativas de fornecimento de todos os insumos necessários ao empreendimento, tais como estradas de acesso, fornecimento de água e energia, etc, incluindo a situação de impossibilidade e ou inviabilidade de alguns desses insumos com avaliação de impactos ambientais que contemple os impactos sinérgicos e cumulativos, de no mínimo, todas as obras associadas ao PCISQ.	I	3	3.6.1.3.2 ; 3.6.2.1.1.2 ; 3.6.1.3.3 ; 3.6.2.1.2 ; 6.1.10 ; 8.3.19	Abastecimento de Água e Plano de Contingência para Restrição Hídrica Energia Elétrica Energia Elétrica Alternativa de Fornecimento de Insumos Planos e Programas Colocalizado	3.6.1.3.2 - Abastecimento de Água 3.6.2.1.1.2 - Plano de Contingência para Restrição Hídrica 3.6.1.3.3 - Energia Elétrica 3.6.2.1.2 - Energia Elétrica 6.1.10 - Alternativa de Fornecimento de Insumos 8.3.19 Planos e Programas Colocalizado
VOL 1	79 - Para a caracterização das Operações Unitárias de Controle de Qualidade Ambiental deverá observar os seguintes aspectos inerentes aos processos:	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	80 - Efluentes Líquidos	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Identificação das fontes de geração e seus respectivos efluentes líquidos industriais e domésticos (sanitários, restaurantes, refeitórios, canteiros de obra e áreas administrativas em geral), considerando as etapas de implantação, operação e fechamento do empreendimento;	I	3	3.7.1.1 ; 3.7.2.1 ; 3.8.1	Efluentes Líquidos Efluentes Plano de Descomissionamento	3.7.1.1 Efluentes Líquidos 3.7.2.1 Efluentes 3.8.1 Plano de Descomissionamento
VOL 1	b) Identificação das características qualitativas e quantitativas estimadas para cada um dos efluentes líquidos identificados, considerando as etapas de implantação, operação e fechamento do empreendimento	I	3	3.7.1.1 ; 3.7.2.1 ; 3.8.1	Efluentes Líquidos Efluentes Plano de Descomissionamento	3.7.1.1 Efluentes Líquidos 3.7.2.1 Efluentes 3.8.1 Plano de Descomissionamento
VOL 1	c) Caracterização dos sistemas de controle e os procedimentos associados a cada uma das fontes mencionadas nos itens anteriores, caracterizando seus respectivos desempenhos nominais (quando aplicável);	I	3	3.7.1.1 ; 3.7.2.1 ; 3.8.1	Efluentes Líquidos Efluentes Plano de Descomissionamento	3.7.1.1 Efluentes Líquidos 3.7.2.1 Efluentes 3.8.1 Plano de Descomissionamento
VOL 1	d) Descrição da concepção do tratamento e destinação final para cada tipo de efluente gerado nos diferentes processos (lavra, beneficiamento, infraestruturas associadas, áreas administrativas, canteiros de obra etc.), caracterizando seus respectivos desempenhos esperados, justificando a sua escolha técnica ou tecnológica	I	3	3.7.1.1 ; 3.7.2.1 ; 3.8.1	Efluentes Líquidos Efluentes Plano de Descomissionamento	3.7.1.1 Efluentes Líquidos 3.7.2.1 Efluentes 3.8.1 Plano de Descomissionamento
VOL 1	e) Apresentação, em planta com arranjo geral do empreendimento, da localização prevista para cada um dos sistemas de controle de efluentes	I	3	3.5.2.5 ; 3.7.1.1 ; 3.7.2.1	Unidade de Descontaminação de Urânio em Águas Ácidas - Área 640 Efluentes Líquidos Efluentes	3.5.2.5 Unidade de Descontaminação de Urânio em Águas Ácidas - Área 640 3.7.1.1 Efluentes Líquidos 3.7.2.1 Efluentes
VOL 1	81 - Resíduos sólidos	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Identificação dos resíduos sólidos gerados, considerando as etapas de implantação, operação e fechamento do empreendimento	I	3	3.7.1.2 ; 3.7.2.2 ; 3.8.8	Resíduos Sólidos Resíduos Sólidos Depósito Intermediário de Resíduos	3.7.1.2 Resíduos Sólidos 3.7.2.2 Resíduos Sólidos 3.8.8 Depósito Intermediário de Resíduos
VOL 1	b) Caracterização de todos os resíduos sólidos gerados, com base nos critérios estabelecidos pela NBR 10.004, indicando sua origem, quantidades estimadas para geração, condições de acondicionamento, de estocagem e manuseio	I	3	3.7.1.2 ; 3.7.2.2 ; 3.8.8	Resíduos Sólidos Resíduos Sólidos Depósito Intermediário de Resíduos	3.7.1.2 Resíduos Sólidos 3.7.2.2 Resíduos Sólidos 3.8.8 Depósito Intermediário de Resíduos
VOL 1	c) Identificação dos procedimentos de controle adotados, visando minimizar a geração de resíduos e assegurar sua disposição final adequada, conforme Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, e demais requisitos legais aplicáveis	I	3	3.7.1.2 ; 3.7.2.2 ; 3.8.8	Resíduos Sólidos Resíduos Sólidos Depósito Intermediário de Resíduos	3.7.1.2 Resíduos Sólidos 3.7.2.2 Resíduos Sólidos 3.8.8 Depósito Intermediário de Resíduos
VOL 1	d) Indicação da disposição final associada a cada resíduo, especificando se há tratamento, se a disposição final é interna ou externa, incluindo aqueles passíveis de reutilização.	I	3	3.7.2.2 ; 3.7.2.2.1	Resíduos Sólidos Depósito Intermediário de Resíduos das Instalações Mineroindustrial e de Urânio	3.7.2.2 Resíduos Sólidos 3.7.2.2.1 Depósito Intermediário de Resíduos das Instalações Mineroindustrial e de Urânio
VOL 1	e) Apresentação da planta com arranjo geral do empreendimento, indicando os pontos de armazenamento e de estocagem intermediária e/ou final dos resíduos sólidos gerados	I	3	3.7.2.2	Resíduos Sólidos	3.7.2.2 Resíduos Sólidos

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	82 - Emissões atmosféricas;	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Identificação das fontes de emissão passíveis de causar alterações da qualidade do ar nas fases de implantação, operação e fechamento, considerando as fontes fixas ou pontuais, as fontes extensas e as fontes móveis	I	3	3.7 ;3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	b) Caracterização dos sistemas e/ou procedimentos de controle associados a cada uma das fontes mencionadas no item anterior, caracterizando seus respectivos desempenhos nominais (quando aplicável), justificando a escolha técnica ou tecnológica;	I	3	3.7 ;3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	c) Apresentação da planta com arranjo geral do empreendimento, indicando a localização das áreas destinadas à instalação dos sistemas de controle.	I	3	3.7.2.4	Emissões Atmosféricas	3.7.2.4 Emissões Atmosféricas
VOL 1	83 - Ruído e/ou vibração	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Identificação das fontes de emissão presentes no empreendimento, consideradas as fases de implantação, operação e fechamento, caracterizando-as qualitativa e quantitativamente.	I	3	3.7 ;3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	b) Caracterização dos sistemas e/ou procedimentos de controle associados a cada uma das fontes mencionadas no item anterior (quando aplicável).	I	3	3.7 ;3.8	Operações Unitárias de Controle Ambiental Descomissionamento do Empreendimento	3.7 Operações Unitárias de Controle Ambiental 3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	84 - Insumos	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Relato dos principais insumos utilizados nos processos produtivos e nas atividades de apoio operacional, sendo necessário	I	3	3.5.1.8. ; 3.5.2.9	Insumos Insumos	3.5.1.8. Insumos 3.5.2.9. Insumos
VOL 1	b) Apresentação da lista dos insumos a serem utilizados pelo empreendimento, descrevendo, em especial, produtos químicos e acessórios, abordando os aspectos relacionados à fonte de suprimento, de transporte, consumo, armazenamento, segurança, estocagem, grau de toxicidade, destinação final e descarte;	I	3	3.5.1.8. ; 3.5.2.9 ; Anexo 3-III ; Anexo 3-IV	Insumos Insumos Fluxogramas FISPQ	3.5.1.8. Insumos 3.5.2.9. Insumos Anexo 3-3 - Fluxogramas Anexo 3-IV - FISPQ
VOL 1	c) Identificação dos materiais e insumos a serem utilizados (tipos, estimativa de quantidades, fornecedores ou origem, meio de transporte, forma de estocagem, manuseio e consumo, controles de riscos ambientais - contenções, sistemas de monitoramento, procedimentos específicos, entre outros, se aplicável);	I	3	3.5.1.8. ; 3.5.2.9 ; Anexo 3-3 ; Anexo 15- VII	Insumos Insumos Fluxogramas FISPQ	3.5.1.8. Insumos 3.5.2.9. Insumos Anexo 3-III - Fluxogramas Anexo 15-VII - FISPQ
VOL 1	d) Para descrição da utilização dos insumos descritos no item anterior, apresentação do diagrama de blocos e fluxograma de utilização dos insumos, enfatizando a geração de subprodutos e resíduos;	I	3	3.5.1.8. ; 3.5.2.9	Insumos Insumos	3.5.1.8. Insumos 3.5.2.9. Insumos
VOL 1	e) Explosivos e acessórios: indicação da sua utilização no processo, manuseio e transporte, aspectos de segurança e estocagem (se houver);	I	3	3.5.1.8.16	Explosivos	3.5.1.8.16 Explosivos
VOL 1	f) Óleos: indicação dos tipos de óleos utilizados (lubrificantes, combustíveis, de processo etc.), transporte, transferência, local e formas de acondicionamento e de armazenamento, manuseio, volume médio armazenado, frequência e volumes transportados;	I	3	3.5.1.8	Insumos	3.5.1.8. Insumos
VOL 1		I	3	NA	NA	NA
VOL 1	g) Contemplar: material rochoso, combustíveis, lubrificantes, concreto, entre outros que se tornem relevantes ao período construtivo	I	3	3.6.1.5.	Insumos	3.6.1.5. Insumos
VOL 1	h) Identificação das vias a serem utilizadas para o transporte dos materiais e insumos;	I	3	3.5.1.8. ; 3.5.2.9	Insumos Insumos	3.5.1.8. Insumos 3.5.2.9. Insumos

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	i) Apresentação das alternativas locais e tecnológicas para fornecimento de energia elétrica, indicar se será temporária ou definitiva, descrever conceitualmente como será o fornecimento de energia elétrica, rede de distribuição, se haverá subestação(ões) e qual a quantidade de energia prevista/unidade de tempo.	I	3	3.6.1.3.3 ; 3.6.2.1.2	Energia elétrica Energia Elétrica	3.6.1.3.3 Energia elétrica 3.6.2.1.2 Energia Elétrica
VOL 1	85 - Recursos Hídricos	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Detalhamento do sistema de abastecimento de água do projeto indicando as alternativas, locais de captações, adução, armazenamento, distribuição, estimativas de vazões máximas, médias e mínimas para os diferentes usos	I	3	3.6.2.1.1	Abastecimento de Água;	3.6.2.1.1 Abastecimento de Água;
VOL 1	b) O projeto do empreendimento deverá descrever conceitualmente todas as obras, serviços, instalações e equipamentos necessários à captação, adução e armazenamento e distribuição de água necessária aos processos industriais e ao abastecimento;	I	3	3.6.2.1.1	Abastecimento de Água;	3.6.2.1.1 Abastecimento de Água;
VOL 1	c) Apresentação do estudo de viabilidade hídrica, tendo em vista tratar-se região de semiárido, onde em algumas épocas pode ocorrer inclusive balanço hídrico negativo;	I	3	8.3.19	Planos e Programas Colocalizados	8.3.19 Planos e Programas Colocalizados
VOL 1	86 - Produtos	I	3	NA	NA	NA
VOL 1	a) Descrição e caracterização dos produtos gerados no empreendimento, incluindo-se as formas de escoamento e os diferentes modais de transporte associados e os mercados consumidores.	I	3	3.5.5 ; 6.1.9	Produtos e Expedição Transporte de Insumos e Produtos	3.5.5 Produtos e Expedição 6.1.9 Transporte de Insumos e Produtos
VOL 1	87 - Mão-de-obra	I	3	3.9	Mão de Obra e Regime de Trabalho	3.9 Mão de Obra e Regime de Trabalho
VOL 1	a) Apresentação da previsão de contratação de mão-de-obra direta e indireta para as fases de implantação, operação e desativação do empreendimento	I	3	3.9	Mão de Obra e Regime de Trabalho	3.9 Mão de Obra e Regime de Trabalho
VOL 1	a) Identificação e descrição dos procedimentos de descomissionamento do canteiro de obras e demais infraestruturas temporárias que, conseqüentemente, não serão utilizadas no período de operação do empreendimento;	I	3	3.8	Descomissionamento do Empreendimento	3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	b) Apresentação das formas de descomissionamento das estruturas prediais, dos sistemas de controle ambiental e áreas de estocagem de produtos e procedimentos de destinação dos resíduos gerados nesta atividade	I	3	3.8	Descomissionamento do Empreendimento	3.8 Descomissionamento do Empreendimento
VOL 1	88 - Apresentação dos seguintes itens:	I	3	3.10	Cronograma do Empreendimento	3.10 Cronograma do Empreendimento
VOL 1	a) Cronograma completo de todas as fases de implantação do empreendimento	I	3	3.10	Cronograma do Empreendimento	3.10 Cronograma do Empreendimento
VOL 1	b) Para a fase de implantação, deverão ser descritas as obras de implantação do empreendimento que incluem, entre outras, complementações e/ou implantação da infraestrutura básica (vias de acessos, energia, disponibilidades para o abastecimento de água etc.), preparação do local, operações de apoio, construção civil e instalação dos equipamentos;	I	3	3.10	Cronograma de implantação	3.10.1 Cronograma de implantação
VOL 1	c) Para a fase de operação, deverão ser apresentadas informações relativas à dinâmica prevista para o desenvolvimento da mina, tais como, sequenciamento da lavra e atividades a ela associadas, tais como supressão de vegetação, disposição de estéril, disposição de solo orgânico, entre outras;	I	3	3.10.2	Cronograma de operação	3.10.2 Cronograma de operação
VOL 1	d) Para a fase de fechamento, deverão ser relatadas as atividades relacionadas à desativação das diferentes estruturas componentes do empreendimento, com seu correspondente sequenciamento. Prever as alternativas relacionadas à destinação inicial dos resíduos radioativos	I	3	3.8 ; 3.10	Descomissionamento do Empreendimento Cronograma do Empreendimento	3.8 Descomissionamento do Empreendimento 3.10 Cronograma do Empreendimento
VOL 1	s/n - Descrição e análise da Legislação Federal, Estadual e Municipal, correlacionando-a ao empreendimento e ao tipo de atividade a ser desenvolvida;	Capítulo 4	4	4	LEGISLAÇÃO APLICADA	4 LEGISLAÇÃO APLICADA

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	89 - Os objetivos deverão ser apresentados quanto à instalação e operação do empreendimento, abordando a sua relevância econômica, social e política, nas esferas regional, estadual, nacional e internacional;	I	5	5.1	Objetivos do Empreendimento	5.1 - Objetivos do Empreendimento
VOL 1	90 - Ademais deverá identificar os quantitativos de produção e principal mercado a ser atingido com o fornecimento dos minérios e produtos;	I	5	5.1	Objetivos do Empreendimento	5.1 - Objetivos do Empreendimento
VOL 1	91 - Descrever os objetivos do empreendimento, como metas de produção e aspectos relacionados, bem como sua compatibilidade com os Planos e Programas Governamentais Federais, Estaduais e Municipais.	I	5	5.2	Justificativa do Empreendimento	5.2 Justificativa do Empreendimento
VOL 1	92 - Apresentar as justificativas econômicas e socioambientais da implantação do empreendimento no contexto regional, estadual, nacional e internacional, considerando o seu embasamento a partir de dados sobre a demanda a ser atendida, ou com base nos resultados de estudos de viabilidade;	I	5	5.1	Objetivos do Empreendimento	5.1 - Objetivos do Empreendimento
VOL 1	93 - Argumentar e comprovar, com dados qualitativos e quantitativos, sobre a importância e necessidade da implantação do empreendimento	I	5	5.1	Objetivos do Empreendimento	5.1 - Objetivos do Empreendimento
VOL 1	94 - Fornecer informações que mostrem a importância que o novo projeto trará para a região, qual a necessidade deste projeto, o que poderá trazer de benefícios, se existe algum tipo de impacto para a sociedade caso este empreendimento não seja viabilizado, ou que tipo de impacto para a sociedade caso o empreendimento seja viabilizado, entre outras questões importantes dentro deste contexto	I	5	5.2 ; 6.3 ; 12	Justificativa do Empreendimento Alternativa Zero (não implantação) PROGNÓSTICO AMBIENTAL	5.2 Justificativa do Empreendimento 6.3 - Alternativa Zero (não implantação) 12. PROGNÓSTICO AMBIENTAL
VOL 1	95 - Argumentar e comprovar com dados às boas práticas ambientais da empresa que justifique a sua responsabilidade e compromisso com o novo projeto apresentado	I	5	5.3	Considerações	5.3 Considerações
VOL 1	96 - Apresentar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de sua não execução;	I	6	6.3	Alternativa Zero (Não Implantação)	6.3. Alternativa Zero (Não Implantação)
VOL 1	97 - Apresentar as alternativas tecnológicas e locais para implantação do empreendimento e a análise que culminou com a escolha da alternativa apresentada no EIA	I	6	6.1	Alternativas Tecnológicas	6.1 Alternativas Tecnológicas
VOL 1	98 - As alternativas locais e tecnológicas apresentadas devem ser estudadas expondo os dados levantados de maneira a justificar técnica, econômica e ambientalmente a alternativa selecionada, comparando-a com as demais alternativas;	I	6	6	Estudo de Alternativas Tecnológicas e Locacionais	6 - Estudo de Alternativas Tecnológicas e Locacionais
VOL 1	99 - Como diretriz complementar ao descrito no item anterior, o empreendedor deve apresentar justificativas para implantação e operação do empreendimento abordando, pelo menos, os aspectos locais, técnicos, econômicos, políticos, sociais e ambientais e confrontando-os com a hipótese de não execução das obras e atividades;	I	6	6.1	Alternativas Tecnológicas	6.1 Alternativas Tecnológicas
VOL 1	100 - Detalhar as rotas tecnológicas de cada uma das etapas e componentes do projeto de forma que reste caracterizado aos interessados de que forma o controle ambiental e nuclear ocorrerá	I	6	6.1	Alternativas Tecnológicas	6.1 Alternativas Tecnológicas
VOL 1	101 - No item de alternativas locais e tecnológicas apresentar todas as alternativas possíveis quanto ao fornecimento dos insumos necessários, avaliando as melhores alternativas para cada uma delas justificando as escolhas tendo por base os possíveis impactos sobre a saúde humana e ambiental	I	6	6.1.9 ; 6.1.10	Transporte de Insumos e Produtos Alternativa de Fornecimento de Insumos	6.1.9 Transporte de Insumos e Produtos 6.1.10 Alternativa de Fornecimento de Insumos
VOL 1	102 - Abordar também as alternativas para escoamento da produção (dutos, correias transportadoras, transporte rodoviário etc.), com avaliação das vantagens e desvantagens de cada uma, sob o ponto de vista ambiental e social;	I	6	6.1.9 ; 6.1.10	Transporte de Insumos e Produtos Alternativa de Fornecimento de Insumos	6.1.9 Transporte de Insumos e Produtos 6.1.10 Alternativa de Fornecimento de Insumos

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	103 - No caso de intervenção ou supressão em APP e em outros tipos de áreas protegidas, deverão ser apresentadas e comparadas alternativas técnicas e locais às obras, planos, atividades ou projetos propostos, conforme define a Resolução CONAMA n° 369/2006 e outras legislações pertinentes. A alternativa selecionada deve ser aquela que minimize o impacto sobre essas áreas protegidas;	I	6	6.2 ; 6.1	Alternativas Tecnológicas Alternativas Locacionais	6.1 Alternativas Tecnológicas 6.2 Alternativas Locacionais
VOL 1	104 - Apresentar os critérios e premissas de engenharia que foram adotados e utilizados para definição das opções mais indicadas como alternativas locais de projeto considerando as principais estruturas de mineração tais como pilhas de estéril e de rejeito, planta de beneficiamento, entre outras	I	6	6.2	Alternativas Locacionais	6.2 Alternativas Locacionais
VOL 1	105 - Utilizar informações referentes ao planejamento efetuado pelo projeto de engenharia quanto à localização e delimitação das estruturas citadas anteriormente, relacionando os critérios técnicos operacionais, econômicos e ambientais, entre outros aspectos que se mostrem relevantes à minimização de interferências negativas ao meio;	I	6	6.1	Alternativas Tecnológicas	6.1 Alternativas Tecnológicas
VOL 1	106 - Apresentar a localização em mapa de cada alternativa estudada para a adequada compreensão espacial. Para cada alternativa serão apresentadas as vantagens e desvantagens em relação à viabilidade operacional, econômica, técnica e ambiental, justificando a tomada de decisão quanto à melhor escolha;	I	6	6.2	Alternativas Locacionais	6.2 Alternativas Locacionais
VOL 1	107 - Apresentar gráficos, ilustrações, tabelas, entre outros recursos que promovam o melhor entendimento técnico sobre o assunto;	I	6	6.2	Alternativas Locacionais	6.2 Alternativas Locacionais
VOL 1	108 - Descrever as principais linhas de tecnologia pensadas para o empreendimento a partir das informações da evolução do projeto conceitual de engenharia, o qual, após pesquisas minerárias possibilita o detalhamento quanto aos aspectos técnicos, operacionais e construtivos	I	6	6.2	Alternativas Locacionais	6.2 Alternativas Locacionais
VOL 1	109 - Abranger na abordagem das alternativas tecnológicas os métodos de lavra, beneficiamento e disposição de estéril e rejeito, justificando as escolhas efetuadas. Serão abordadas as alternativas para escoamento da produção;	I	6	6 ; 6.1.10	Estudo de Alternativas Tecnológicas e Locacionais]Alternativa de Fornecimento de Insumos	Capítulo 6 - Estudo de Alternativas Tecnológicas e Locacionais 6.1.10. Alternativa de Fornecimento de Insumos
VOL 1	110 - Apresentar comparativo entre as alternativas para promover o melhor entendimento sobre a decisão do empreendedor;	I	6	6.2	Alternativas Locacionais	6.2 Alternativas Locacionais
VOL 1	111 - Apresentar um prognóstico sucinto para a situação de não implantação do empreendimento.	I	6	6.3	Alternativa Zero (Não-Implantação do PSQ)	6.3 Alternativa Zero (Não-Implantação do PSQ)
VOL 1	112 - Apresentar estimativas de investimento do custo total do empreendimento, incluindo e detalhando os custos das medidas e ações sócio ambientais nas fases de pesquisa, implantação e operação do empreendimento	I	6	6.4	6.4 Estimativas de Custos	6.4 Estimativas de Custos
VOL 1	113 - O EIA/RIMA deverá definir os limites da área geográfica a ser afetada diretamente pelo empreendimento e das áreas que sofrerão influência, direta ou indiretamente. Além das delimitações, essas áreas deverão ser caracterizadas segundo suas peculiaridades e impactos a que serão submetidas.	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	114 - Para o atendimento a esse item do EIA/RIMA deverão ser considerados parâmetros como bacia hidrográfica, uso e ocupação do solo, plano diretor municipal, bem como indicadores sociais, ecossistemas predominantes, populações fragmentadas, e indicadores mais relevantes para a conservação da biodiversidade encontrada na região, onde deverão ser desenvolvidos os estudos ambientais.	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	115 - Para cada um dos fatores ambientais - meio físico, biótico e socioeconômico deverá ser definido e caracterizado cada uma das áreas de abrangência específica da Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII).	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	116 - Área Diretamente Afetada (ADA) - Área em que ocorre todas as intervenções necessárias para a implantação e operação do empreendimento	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	117 - Área de Influência Direta (AID) - Área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento; e	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	118 - Área de Influência Indireta (All) - Área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser alterados por impactos ocorridos na área de influência direta do empreendimento	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	119 - A área de influência do empreendimento deverá ser estabelecida pela equipe responsável pela execução dos estudos, a partir de dados preliminares e em conformidade com a Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, em seu Artº 5º, Inciso III	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	120 - Os limites da área geográfica que será impactada de forma direta e indiretamente pelo projeto deverão ser apresentados	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	121 - Estes limites são denominados Área de Influência e deverão conter as áreas de incidência dos impactos ambientais previstos, abrangendo os distintos contornos para as diversas variáveis enfocadas.	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	122 - Dever-se-á apresentar a justificativa da definição das áreas de influência adotadas para o projeto supracitado, apresentando, em mapa e em escala adequada, estas delimitações.	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	123 - As áreas que poderão sofrer influência do empreendimento em variáveis graus devem ser estabelecidas preliminarmente como áreas de estudo, e sua definição deverá ser detalhadamente justificada nos mesmos	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	124 - Para a definição do limite de cada uma das áreas identificadas deverão ser observados os dados colhidos referentes, dentre outros fatores, aos empreendimentos existentes ou em diferentes etapas de desenvolvimento na região; uso e ocupação do solo; plano diretor municipal, programas e projetos previstos, em andamento ou já desenvolvidos, na região ou bacia hidrográfica, que venham a impactar ou ser impactados pela implantação do empreendimento, ou que sejam relevantes para contextualização socioambiental dos mesmos.	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	125 - Deve-se verificar a existência, nas Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento os projetos, planos ou programas governamentais (na esfera municipal, estadual e federal) relacionados com planejamento e ordenamento territoriais, tais como: Áreas Prioritárias para a Preservação da Biodiversidade, Zoneamento Ecológico Econômico, Avaliação Ambiental Estratégica, Plano Diretor Municipal, dentre outros	I	7	7 ; 8.3.19	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA Planos e Projetos Colocalizados	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA 8.3.19 - Planos e Projetos Colocalizados
VOL 1	126 - Se verificada a ocorrência de quaisquer dados ou estudos nesse sentido deverão ser apresentadas as interferências com o empreendimento e interpolação desses dados com a AID e All em mapa.	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	127 - Para alguns temas específicos, os limites dessas áreas poderão ser diferentes e sujeitos à revisão por parte do Órgão Licenciador, conforme a identificação e a abrangência dos impactos apontados pelo EIA.	Informativo	NA	NA		
VOL 1	128 - Todas as áreas de influência deverão ser mapeadas com seus elementos determinantes identificados, caracterizados e georreferenciados, quais sejam	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	129 - Definições	I	7	7	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA	7 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA
VOL 1	130 - Área em que ocorre todas as intervenções necessárias para a implantação e operação do empreendimento	I	7	7.1	Área Diretamente Afetada (ADA)	7.1 Área Diretamente Afetada (ADA)

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 1	131 - Área cujos impactos incidam ou venham a incidir de forma direta sobre os recursos ambientais, modificando a sua qualidade ou diminuindo seu potencial de conservação ou aproveitamento, e sobre a rede de relações sociais, econômicas e culturais em qualquer fase do empreendimento, devendo ser observadas estas questões para a sua delimitação	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	132 - Essa englobará as áreas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento incluindo: áreas a serem exploradas, estruturas de apoio à mina (planta de beneficiamento, estradas, escritórios, guaritas, canteiros de obras e outros), captação da água, adutora, barramentos, diques, canais, linha de transmissão, trechos afetados por eventual redução de vazão, pontos de localização de obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento, vilas residenciais, acampamentos, pá os de tubos, áreas de empréstimos, bota-fora, canteiros de obras e áreas de segurança impostas pela tipologia do empreendimento.	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	133 - A área de servidão deverá abranger a totalidade dos cortes e aterros, considerando sua adequada estabilidade, incluindo as estruturas de drenagem e condução das águas pluviais	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	134 - Os trechos a jusante e a montante do empreendimento deverão ser contemplados, além das áreas de baixada que venham ou possam vir a serem diretamente afetadas pela implantação e operação do empreendimento, as sedes ou distritos e comunidades existentes nos municípios abrangidos pelo mesmo e os espaços de referência necessários à manutenção das atividades humanas ali identificadas	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	135 - Para os estudos socioeconômicos, deverão ser consideradas como AID as localidades a sofrerem impactos diretos decorrentes do empreendimento, bem como ocupações lindeiras isoladas e atividades humanas produtivas, extra vistas, entre outras.	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	136 - A Área de Influência Direta comunidades tradicionais e/ou vulneráveis deverá ser verificada e mapeada	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	137 - Para os estudos que definirão a AID dos meios físico e biótico, deverão ser consideradas a integralidade das "otobacias" e áreas contínuas de relevante importância ecológica	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	138 - Corresponde ao território onde a implantação ou operação do projeto impactará ou poderá impactar de forma indireta os meios físico, biótico e socioeconômico. A delimitação dali circunscreve a AID e os critérios adotados para a definição de seu limite devem ser claramente apresentados e justificados tecnicamente, podendo variar em função do meio em análise	I	7	7.2	Área de influência Direta (AID)	7.2 Área de influência Direta (AID)
VOL 1	139 - Item repetido	I	7	NA		
VOL 2	140 - O Diagnóstico ambiental deverá conter a descrição e análise dos fatores ambientais e das interações socioambientais, bióticas e abióticas que ocorrem em toda a área de influência, de modo a permitir a correta identificação e avaliação das alterações que possam ser provocadas direta ou indiretamente.	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	8 - Diagnóstico Ambiental
VOL 2	141 - Os estudos deverão estabelecer de maneira quantitativa qual é a natural variabilidade espacial e temporal de parâmetros descritivos da situação do pré-projeto, de modo que a comparação com a situação pós-projeto tenha validade estatística. Isso implica que deverá haver um mínimo de precisão estatística ao apresentar qualquer informação qualitativa/quantitativa	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	8 - Diagnóstico Ambiental
VOL 2	a) A análise integrada, multidisciplinar e interdisciplinar, feita a para dos levantamentos básicos primários e secundários;	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	8 - Diagnóstico Ambiental
VOL 2	b) A inserção regional do empreendimento, abordando suas relações e influências (positivas e negativas) sobre os planos, programas e projetos governamentais em desenvolvimento	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	8 - Diagnóstico Ambiental

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	c) A adequação da proposta, tendo em vista as diretrizes das políticas setoriais em vigor, notadamente as que se referem à saúde, desenvolvimento regional em todos os seus aspectos, proteção, conservação e manejo da biodiversidade	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	8 - Diagnóstico Ambiental
VOL 2	d) As potencialidades, fragilidades e restrições ambientais em toda a área de influência, destacando-se a área de influência direta do empreendimento e a sua importância para o equilíbrio de cada ecossistema e bacia hidrográfica	II	8	8, 8.3.19	Diagnóstico Ambiental	8 - Diagnóstico Ambiental 8.3.19. Planos, Programas e Projetos Colocalizados
VOL 2	142 - O diagnóstico deve considerar			NA		NSA
VOL 2	143 - O EIA deverá considerar nesta análise os Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEE).	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	Cap. 8. Diagnóstico Ambiental
VOL 2	144 - Os dados referentes ao diagnóstico (qualidade da água, fauna, limnologia e ictiofauna, usos da água, florística, entre outros) deverão abranger pelo menos uma estação seca e uma estação chuvosa	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	Cap. 8. Diagnóstico Ambiental
VOL 2	145 - Os estudos para diagnóstico da AID deverão necessariamente se basear em dados primários, podendo ser complementados por dados secundários. Os estudos para a AIJ poderão se basear em dados secundários, sendo eventualmente complementados com dados primários, quando constatada a necessidade ou solicitados.	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	Cap. 8. Diagnóstico Ambiental
VOL 2	146 - Os resultados apresentados deverão ser estatisticamente consistentes.	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	Cap. 8. Diagnóstico Ambiental
VOL 2	147 - O empreendedor deverá identificar, caracterizar e mapear todas as atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente em operação ou implantação que tenham alguma interferência, cumulatividade ou sinergia com o empreendimento.	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	Cap. 8. Diagnóstico Ambiental
VOL 2	148 - E deverão ser identificados e caracterizados os projetos setoriais planejados em execução e operação na área de influência indireta (AIJ) que possam influenciar ou serem influenciados pelo empreendimento, assim como deverá ser analisada a compatibilidade entre os objetivos e metas estabelecidas por cada projeto setorial.	II	8	8	Diagnóstico Ambiental	Cap. 8. Diagnóstico Ambiental 8.3.19 - Planos, Programas e Projetos Colocalizados
VOL 2	149 - Os levantamentos para o diagnóstico ambiental deverão abranger, no mínimo, os aspectos relacionados abaixo:	II	8	NSA		NSA
VOL 2	150 - A caracterização do ambiente físico deverá ser realizada em uma base geral de informação geográfica constituída por um mosaico ortorretificado, carta topográfica e mapa hidrográfico. Todas as informações que possam ser associadas geograficamente utilizarão esta base como referência.	II	8	8.1	Meio Físico	8.1 Meio Físico
VOL 2	151 - O mosaico deverá ser constituído de imagens digitais atualizadas de alta resolução ou por aerolevanteamento, mas em ambos os casos devem ser recentes e ortorretificadas. O produto gerado deverá ser acompanhado de informações quanto ao grau de erro e imprecisões geradas no processo de tratamento das imagens.	II	8	8.1	Meio Físico	Todos os mapas e imagens consideradas no presente EIA considerou um mosaico ortorretificado, carta topográfica e mapa hidrográfico, quando aplicável.
VOL 2	152 - A carta topográfica deverá ser apresentada em escala adequada à visualização, incluindo os acidentes naturais e artificiais, elementos planimétricos (sistema viário, obras, vias de acesso, delimitação de todos os morros, hidrografia linear e poligonal etc.) e altimétricos (relevo elaborado por meio de interpolação de curvas de nível e pontos cotados, comprimento de rampa etc.).	II	8	8.1	Meio Físico	Todos os mapas e imagens consideradas no presente EIA considerou um mosaico ortorretificado, carta topográfica e mapa hidrográfico, quando aplicável.
VOL 2	153 - O padrão climático local e regional deverá ser descrito, com classificação climática da região observada, os parâmetros meteorológicos, tais como: temperatura, evaporação, insolação, direção predominante e velocidade média dos ventos, regime de chuvas, evapotranspiração e balanço hídrico, levando-se em consideração a sazonalidade.	II	8	8.1.1	Clima	8.1.1. Clima

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	154 - O estudo deverá ser baseado em séries históricas, obtidas em estações climatológicas presentes na área de influência do empreendimento e em bibliografia especializada	II	8	8.1.1	Clima	8.1.1. Clima
VOL 2	155 - Caracterizar a qualidade do ar nas áreas de influência, apresentando as concentrações de referência ("background") de poluentes atmosféricos, levando-se em consideração a sazonalidade e o conceito de bacia aérea.	II	8	8.1.2, 8.1.2.1	Qualidade do Ar	8.1.2. Qualidade do Ar 8.1.2.1 - Considerações Metodológicas
VOL 2	156 - Considerar na análise a proximidade de blocos habitacionais e/ou comunidades com as fontes geradoras.	II	8	8.1.2, 8.1.2.1	Qualidade do Ar	8.1.2. Qualidade do Ar 8.1.2.1 - Considerações Metodológicas
VOL 2	157 - Caracterizar os níveis de ruídos de fundo na área de influência do empreendimento ("background") e descrição dos métodos adotados para a sua determinação;	II	8	8.1.3, 8.1.3.1	Ruído e Vibração	8.1.3. Ruído e Vibração 8.1.3.1. Considerações Metodológicas
VOL 2	158 - Caracterizar os níveis de vibração na área de influência do empreendimento ("background") e descrição dos métodos adotados para a sua determinação	II	8	8.1.3, 8.1.3.1	Ruído e Vibração	8.1.3. Ruído e Vibração 8.1.3.1. Considerações Metodológicas
VOL 2	159 - Identificar as fontes de emissão presentes no empreendimento, considerando as fases de implantação, operação e fechamento, caracterizando-as qualitativa e quantitativamente;	I	3	3.7.1.3, 3.7.2.3, 3.8.11	Ruído e Vibração	3.7.1.3 Implantação (Volume I) 3.7.2.3 Operação (Volume I) 3.8.11 Descomissionamento (Volume I)
VOL 2	160 - Considerar na análise a proximidade de blocos habitacionais e/ou comunidades com as fontes de emissão;	II	8	8.1.3, 8.1.3.1, 10	Ruído e Vibração	8.1.3. Ruído e Vibração 8.1.3.1. Considerações Metodológicas Cap. 10 Avaliação de Impactos
VOL 2	161 - Deverão ser caracterizados os sistemas e/ou procedimentos de controle associados a cada uma das fontes mencionadas no item anterior, quando aplicável.	II	8	8.1.3, 10, 11	Ruído e Vibração	8.1.3.4. Considerações Finais Cap. 10 Avaliação de Impactos Cap. 11 Programas Ambientais
VOL 2	162 - Caracterizar a Geomorfologia da área de influência direta do empreendimento, abordando a fisiografia e morfologia do terreno, incluindo aspectos como declividade e forma do relevo;	II	8	8.1.4.3	Geomorfologia	8.1.4.3. Contexto Local - Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA)
VOL 2	163 - Elaborar mapas geomorfológicos da área de influência, em escala adequada, com base em mapas existentes, interpretação de imagens de satélite, fotografias aéreas e observações de campo, levando em consideração a compartimentação da topografia geral, formas de relevo dominantes (cristas, platôs, planícies, morros e etc.), a caracterização e classificação das formas de relevo quanto à sua gênese (formas cársticas, formas fluviais, formas de aplainação etc.), características dinâmicas do relevo (presença ou propensão à erosão, assoreamento e inundações, instabilidade etc.) e caracterização de declividade.	II	8	8.1.4	Geomorfologia	8.1.4.3. Contexto Local - Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA)
VOL 2	164 - O empreendedor deverá apresentar a descrição da pedologia local - formação e tipos de solo - com apresentação de mapa de classificação dos solos, segundo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 2013), em escala adequada, baseada nas observações de campo, comparada com as cartas existentes e com auxílio de análises e interpretações de imagens de sensoriamento remoto.	II	8	8.1.5	Pedologia	8.1.5. Pedologia
VOL 2	165 - A qualidade do solo deverá ser avaliada em conformidade com os critérios e padrões da Resolução CONAMA n° 420/2009 (este item destina-se a formar o background da área).	II	8	8.1.5.3.3	Pedologia	8.1.5.3.3. Caracterização Química dos valores de base
VOL 2	166 - A permeabilidade dos solos na Área Diretamente Afetada deverá ser caracterizada por meio de testes de infiltração.	II	8	8.1.6.9	Pedologia	8.1.6.9. Ensaio com Infiltrômetro de parede dupla
VOL 2	167 - Apresentar mapa temático de vulnerabilidade dos solos à ocorrência de processos erosivos nos domínios da AID do meio físico, descrevendo os fatores que potencializam esse tipo de processo para cada uma das situações que forem identificadas.	II	8	8.1.5.3.4	Pedologia	8.1.5.3.4. Fragilidade à erosão

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	168 - Apresentar descrição detalhada da geologia na área de influência direta do empreendimento, abordando os componentes estruturais, petrológicos e estratigráficos da jazida e entorno;	II	8	8.1.7.3	Geologia	8.1.7.3 - Contexto Local - AID e ADA
VOL 2	169 - Elaborar mapas e perfis geológicos da área de influência direta do empreendimento, tendo por base a interpretação de imagens de satélite, fotografias aéreas e trabalhos de campo;	II	8	8.1.7	Geologia	8.1.7. Geologia
VOL 2	170 - Caracterizar as formações geológico-estruturais, classificando-as quanto a sua resistência e condições geotécnicas;	II	8	8.1.6, 8.1.7	Geologia	8.1.6. Geotecnia 8.1.7. Geologia
VOL 2	171 - (Recomenda-se a subtração do item 4 acima considerando que nesta fase do projeto ainda não existe a cava, além do fato das informações geológico-estruturais solicitadas neste item já estarem contempladas no item 2.);	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Geologia	Não se Aplica
VOL 2	172 - Delimitar as formações superficiais, incluindo informações quanto a espessura e caracterização macroscópica/microscópicas das amostras até então avaliadas;	II	8	8.1.7.3.4	Geologia	8.1.7.3.4 Geologia da Jazida
VOL 2	173 - Elaborar a carta geológica de risco apontando possíveis áreas de instabilidade/deslizamento geológico, propensão à erosão preferencial, assoreamento, quedas de blocos etc.;	II	8	8.1.6.11	Geologia	8.1.6.11 - Estabilidade da Área da Jazida
VOL 2	174 - Descrever as áreas de subsidência real ou potencial, resultante de (a) feições naturais, tais como depressões tectônicas, terrenos cársticos ou cavernosos e (b) atividades humanas relacionadas com a remoção ou adição de fluidos de subsuperfície ou extração mineral;	II	8	8.1.6., 8.1.7	Geologia	8.1.6. Geotecnia e 8.1.7. Geologia
VOL 2	175 - Apresentar levantamento do potencial de geração de drenagem ácida atualmente em curso e modelagem a partir dos trabalhos de lavra e beneficiamento a serem realizados;	II	8	8.1.7.3.5, 8.1.7.4, 10	Geologia	8.1.7.3.5. Litotipos 8.1.7.4. Considerações Finais Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 2	176 - Apresentar o Relatório Final de Pesquisa, delimitando as reservas minerais medidas, indicadas e inferidas para as substâncias avaliadas com o respectivo Plano de Aproveitamento Econômico.	V	Anexo	Anexo 3-II	Geologia	Anexo 3-II
VOL 2	177 - Apresentar descrição detalhada da geologia na área de influência direta do empreendimento, abordando os componentes estruturais, petrológicos e estratigráficos da jazida e entorno;	II	8	Repete item 168 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	178 - Elaborar mapas e perfis geológicos da área de influência direta do empreendimento, tendo por base a interpretação de imagens de satélite, fotografias aéreas e trabalhos de campo;	II	8	Repete item 169 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	179 - Caracterizar as formações geológico-estruturais, classificando-as quanto a sua resistência e condições geotécnicas;	II	8	Repete item 170 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	180 - Recomenda-se a subtração do item 4 acima considerando que nesta fase do projeto ainda não existe a cava, além do fato das informações geológico-estruturais solicitadas neste item já estarem contempladas no item 2.);	II	8	Repete item 171 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	181 - Delimitar as formações superficiais, incluindo informações quanto a espessura e caracterização macroscópica/microscópicas das amostras até então avaliadas;	II	8	Repete item 172 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	182 - Elaborar a carta geológica de risco apontando possíveis áreas de instabilidade/deslizamento geológico, propensão à erosão preferencial, assoreamento, quedas de blocos etc.;	II	8	Repete item 173 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	183 - Descrever as áreas de subsidência real ou potencial, resultante de (a) feições naturais, tais como depressões tectônicas, terrenos cársticos ou cavernosos e (b) atividades humanas relacionadas com a remoção ou adição de fluidos de subsuperfície ou extração mineral;	II	8	Repete item 174 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	184 - Apresentar levantamento do potencial de geração de drenagem ácida atualmente em curso e modelagem a partir dos trabalhos de lavra e beneficiamento a serem realizados;	II	8	Repete item 175 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	185 - Apresentar o Relatório Final de Pesquisa, delimitando as reservas minerais medidas, indicadas e inferidas para as substâncias avaliadas com o respectivo Plano de Aproveitamento Econômico.	V	Anexo	Repete item 176 TR	Recursos Hídricos	Não se Aplica
VOL 2	186 - Descrever a fisiografia e delimitar a(s) bacia(s) hidrográfica(s) local(is).	II	8	8.1.8.2.1, 8.1.8.3.1	Hidrologia	8.1.8.2.1. Aspectos Fisiográficos 8.1.8.3.1. Aspectos Fisiográficos
VOL 2	187 - Identificar e mapear os cursos d'água perenes e intermitentes, as regiões de cabeceiras e nascentes, as veredas e lagoas marginais, os açudes, as regiões de baixo e saturadas.	II	8	8.1.8.3.2	Hidrologia	8.1.8.3. Caracterização da Área de Influência Direta (AID) e da Área Diretamente Afetada (ADA)
VOL 2	188 - Indicar e caracterizar as estações hidrometeorológicas existentes (localização, tipo e período de operação) e as estruturas hidráulicas implantadas.	II	8	8.1.8.2.2.	Hidrologia	8.1.8.2.2. Pluviometria
VOL 2	189 - Caracterizar o sistema hidrográfico e regime hidrológico das áreas de influência, calculados através de séries históricas de dados, influência direta, incluindo o inventário das estações pluviométricas e fluviométricas georreferenciadas.	II	8	8.1.8.	Hidrologia	8.1.8 Hidrologia
VOL 2	190 - Caracterizar a pluviosidade e a evapotranspiração da área de influência.	II	8	8.1.8.	Hidrologia	8.1.8 Hidrologia
VOL 2	191 - Apresentar o balanço hídrico, bem como parâmetros hidrológicos da área de influência.	II	8	8.1.1.3.5, 8.1.8	Hidrologia	8.1.1.3.5. Balanço hídrico 8.1.8 Hidrologia
VOL 2	192 - Mapear, cadastrar, registrar fotograficamente e medir a vazão das nascentes e córregos situados dentro da área de influência do empreendimento (considerar a sazonalidade).	II	8	8.1.8.3.2	Hidrologia	8.1.8.3.2. Caracterização dos Cursos d'água, das Nascentes e Vazões
VOL 2	193 - Mapear e descrever as áreas assoreadas existentes, as de maior probabilidade de assoreamento dos cursos hídricos e as de ocorrência de enchentes, na área de influência direta do empreendimento.	II	8	8.1.8.	Hidrologia	8.1.8 Hidrologia
VOL 2	194 - Identificar e mapear os corpos d'água presentes nas áreas de influência direta, classificando-os segundo parâmetros físicos, químicos e biológicos, nos termos da Resolução CONAMA 357/05, ouvido preferencialmente o comitê de bacia hidrográfica caso instituído) e ou a Agência de Águas Estadual e Nacional (considerar sazonalidade).	II	8	8.1.9, 8.1.9.3.1	Qualidade dos Corpos d'Água	8.1.9. Qualidade dos corpos d'água 8.1.9.3.1. Classificação dos corpos d'água;
VOL 2	195 - Apresentar a situação da área de influência direta do empreendimento em relação aos corpos receptores, com identificação de eventuais pontos de lançamento de efluentes industriais e domésticos e águas residuárias após tratamento. Deve estar ressaltada a localização de fontes potenciais poluidoras, com indicações de suas possíveis cargas contaminantes e identificação de áreas críticas (inclusive por possíveis acidentes).	II	8	3.7.1.1, 3.7.2.1, 8.1.9, 8.1.9.3.2	Qualidade dos Corpos d'Água	3.7.1.1 - Efluentes Líquidos - Fase de Implantação (Volume I) 3.7.2.1 - Efluentes Líquidos Fase de Operação) (Volume I) 8.1.9. Qualidade dos Corpos d'Água 8.1.9.3.2. Fontes potenciais de poluição
VOL 2	196 - Apresentar, conforme preconizado pela Resolução CONAMA 357/2005, estudo de capacidade de suporte de carga do corpo de água receptor dos efluentes considerando, no mínimo, a diferença entre os padrões estabelecidos para a classe e as concentrações existentes no trecho desde a montante, estimando a concentração após a zona de mistura.	II	8	3.7.1.1, 3.7.2.1, 8.1.9, 8.1.9.3.2	Qualidade dos Corpos d'Água	3.7.1.1 - Efluentes Líquidos - Fase de Implantação (Volume I) 3.7.2.1 - Efluentes Líquidos Fase de Operação) (Volume I) 8.1.9. Qualidade dos Corpos d'Água 8.1.9.3.2. Fontes potenciais de poluição
VOL 2	197 - Informar as substâncias, entre aquelas previstas na Resolução CONAMA 357/2005 para padrões de qualidade de água, que poderão estar contidas no efluente lançado.	II	8	3.7.1.1, 3.7.2.1, 8.1.9, 8.1.9.3.2	Qualidade dos Corpos d'Água	3.7.1.1 - Efluentes Líquidos - Fase de Implantação (Volume I) 3.7.2.1 - Efluentes Líquidos Fase de Operação) (Volume I) 8.1.9. Qualidade dos Corpos d'Água 8.1.9.3.2. Fontes potenciais de poluição

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	198 - Informar também as substâncias presentes no efluente lançado, não contempladas na Resolução CONAMA n° 357/2005, porém de conhecimento do empreendedor.	II	8	3.7.1.1, 3.7.2.1, 8.1.9, 8.1.9.3.2	Qualidade dos Corpos d'Água	3.7.1.1 - Efluentes Líquidos - Fase de Implantação (Volume I) 3.7.2.1 - Efluentes Líquidos Fase de Operação) (Volume I) 8.1.9. Qualidade dos Corpos d'Água 8.1.9.3.2. Fontes potenciais de poluição
VOL 2	199 - Apresentar justificativas técnicas para os critérios de escolha dos pontos de amostragem e dos parâmetros a serem avaliados, informar sobre as metodologias de amostragem e ensaios, em concordância com as Normas Técnicas aplicáveis e com o Standard Methods For the Examination of Water and Wastewater, 23rd edition.	II	8	8.1.9.3.3	Qualidade dos Corpos d'Água	8.1.9.3.3. Qualidade da água e dos sedimentos A. Concepção da rede de amostragem; B. Variáveis Seleccionadas
VOL 2	200 - Apresentar mapa com a localização dos pontos de amostragem escolhidos.	II	8	8.1.9.3.3	Qualidade dos Corpos d'Água	8.1.9.3.3. Qualidade da água e dos sedimentos
VOL 2	201 - Caracterizar a qualidade dos sedimentos com relação à granulometria e ao teor de matéria orgânica e de metais pesados e elementos radioativos.	II	8	8.1.9.3.3	Qualidade dos Corpos d'Água	8.1.9.3.3. Qualidade da água e dos sedimentos
VOL 2	202 - Caracterizar os principais usos das águas superficiais e subterrâneas na área de influência direta do projeto, especialmente nos locais de captação de água (para suprir o empreendimento), suas demandas atuais e futuras em termos quantitativos e qualitativos, bem como a análise das disponibilidades frente às utilizações atuais e projetadas	II	8	8.1.10	Usos das águas superficiais e/ou subterrâneas	8.1.10. Usos das águas superficiais e/ou subterrâneas
VOL 2	203 - Os usos da água devem ser descritos em ordem de prioridade, tais como abastecimento doméstico e industrial, diluição de despejos, irrigação, lazer, pesca, aquicultura, dessedentação de animais etc.	II	8	8.1.10	Usos das águas superficiais e/ou subterrâneas	8.1.10. Usos das águas superficiais e/ou subterrâneas
VOL 2	204 - Descrever as formas de ocorrência das águas subterrâneas (rasas e profundas), caracterizando o ambiente geológico (tipos de rochas, mineralogia, petrografia, geologia estrutural).	II	8	8.1.11	Hidrogeologia	8.1.11. Hidrogeologia
VOL 2	205 - Avaliação da permeabilidade da zona vadosa (condutividade hidráulica dos diversos ambientes na AID), cujos ensaios devem ser realizados em parcelas previamente planejadas e distribuídas em função das características pedológicas e geomorfológicas. Além de se definir a condutividade hidráulica das zonas vadosa, caracterizar as características físicas deste ambiente: espessura, estruturação, textura etc.	II	8	8.1.11.3.4	Hidrogeologia	8.1.11.3.4. Ensaio de Perda D'água em Poços de Monitoramento - Zona Vadosa
VOL 2	206 - Apresentação da malha de poços de monitoramento na AID, incluindo características construtivas: diâmetros de perfuração e revestimento, posicionamento de seções de filtros, posicionamento das entradas d'água (em seções não revestidas), proteção sanitária etc. e perfil litológico: descrição das seções de solos, saprólito, rocha alterada, rocha sã, seguida de avaliação da representatividade dessas estruturas para o ambiente estudado.	II	8	8.1.11.3.2.	Hidrogeologia	8.1.11.3.2. Poços de Monitoramento
VOL 2	207 - Mapa potenciométrico da Área Diretamente Afetada, considerando eventuais compartimentação dos aquíferos, e presença de sistemas confinados, considerando o ano hidrológico e civil	II	8	8.1.11.3.6	Hidrogeologia	8.1.11.3.6. Mapa Potenciométrico
VOL 2	208 - Hidrodinâmica das águas subterrâneas na AID (obtidas a partir de testes de bombeamento em poços: condutividade hidráulica, transmissividade e coeficiente de armazenamento).	II	8	8.1.11	Hidrogeologia	8.1.11. Hidrogeologia
VOL 2	209 - Abordagem sobre o potencial hidrogeológico da AID, incluindo mapeamento de poços de abastecimento, caracterizando-os quanto à localização, profundidade, características construtivas, vazão de produção, níveis dinâmico e estático).	II	8	8.1.11.3.7	Hidrogeologia	8.1.11.3.7. Disponibilidade Hídrica - Água Subterrânea
VOL 2	210 - Mapeamento de áreas de recarga na AID, definidas por critérios técnicos adequados (geomorfologia, geologia estrutural, pedologia, uso/ocupação).	II	8	8.1.11.3.8	Hidrogeologia	8.1.11.3.8. Áreas de Recarga

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	211 - Contextualização do processo de recarga, incluindo as condições de balanço hídrico negativo, se existentes.	II	8	8.1.11.3.7, 8.1.11.3.8	Hidrogeologia	8.1.11.3.7. Disponibilidade Hídrica - Água Subterrânea 8.1.11.3.8. Áreas de Recarga
VOL 2	212 - Proposição de modelo hidrogeológico conceitual para a AID, considerando aspectos como: infiltração; recarga; fluxos locais/regionais (depende de avaliação de conectividades do ambiente cristalino); e descarga.	II	8	8.1.11.3.10	Hidrogeologia	8.1.11.3.10 - D. Modelo Conceitual Hidrogeológico - MHC -ADA/AID
VOL 2	213 - Avaliação de vulnerabilidade das águas subterrâneas à contaminação.	II	8	8.1.11.3.9	Hidrogeologia	8.1.11.3.9. Análise da Vulnerabilidade dos Aquíferos
VOL 2	214 - Manutenção dos poços instalados para o estudo, ou pelo menos parte destes poços em uma rede de monitoramento permanente, uma vez que, são escassos os dados sobre a flutuação natural de níveis estáveis em meios cristalinos de regiões semiáridas.	II	8	8.1.11	Hidrogeologia	8.1.11. Hidrogeologia
VOL 2	215 - Apresentar avaliação obtida por meio de investigação hidroquímica e microbiológica das águas subterrâneas nos domínios da Área de Influência Direta, na perspectiva de definição de background, devendo-se considerar, para fins de amostragens, a sazonalidade climática.	II	8	8.1.12	Qualidade das águas subterrâneas	8.1.12. Qualidade das águas subterrâneas
VOL 2	216 - Justificativas tecnicamente a escolha dos parâmetros de qualidade das águas subterrâneas (CONAMA 396/08) julgados mais importantes para o ambiente em estudo, considerando o contexto geoquímico natural, o uso e a ocupação atual e os tipos de fontes que poderão advir com a implantação e funcionamento do empreendimento.	II	8	8.1.12, 10	Qualidade das águas subterrâneas	8.1.12. Qualidade das águas subterrâneas Cap. 10 Avaliação de Impacto
VOL 2	217 - Descrever as metodologias de amostragem e de ensaios, em concordância com as Normas Técnicas aplicáveis e com o <i>Standard Methods For the Examination of Water and Wastewater, 23rd edition</i> , os sítios amostrais (poços profundos, cacimbas ou furos de sondagem), profundidade de coleta, as coordenadas dos sítios amostrais, as datas de coletas e demais informações relevantes para avaliações sobre a qualidade dessas águas.	II	8	8.1.12	Qualidade das águas subterrâneas	8.1.12. Qualidade das águas subterrâneas
VOL 2	218 - O empreendedor deverá revalidar os estudos espeleológico locais pré-existent, que compreendem aspectos da geoespeleologia e espeleobiologia, assim como revalidar a localização das cavidades a serem impactadas, considerando seu grau de relevância, em relação ao novo layout do empreendimento.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	219 - O estudo sismográfico aplicado à proteção do patrimônio espeleológico será realizado, considerando a fase de projeto conceitual, cujos objetivos são:	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	a) Definir o critério de segurança de cada cavidade;	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	b) Caracterizar preliminarmente a vibração emitida (modelo numérico);	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	c) Definir o limite operacional preliminar;	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	d) Definir os elementos de controle	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	220 - O empreendedor deverá apresentar um estudo integrado em que a metodologia seja padronizada para todas as cavidades já estudadas e para aquelas que ainda serão estudadas, seguindo a IN nº 02 de 2017. Por fim, solicita-se observação aos questionamentos no Parecer Técnico 02001.003419/2016-12 COMOC/IBAMA (SEI nº 3025688).	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	221 - Todos os mapas deverão ser digitalizados com as referidas legendas indicando o que os símbolos no mapa representam, escala do mapa, coordenadas, datum, seção (perfil vertical da cavidade) com escala humana, nome do desenhista e outras informações opcionais em mapa (altitude, projeção, área, desnível, volume etc.) observando também as mudanças na nova Instrução Normativa nº 02 de 2017	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	222 - As amostragens deverão contemplar a estação chuvosa e seca.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	223 - Os dados brutos de indivíduos coletados e observados por espécie deverão ser apresentados em planilha.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	224 - Para emissão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio) deve-se observar a IN do Ibama nº 08 de 2017.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	225 - Destaca-se o Art. 19 da IN nº 02 de 2017 de que:	II	8	NSA	Patrimônio Espeleológico	NSA
VOL 2	a) Art. 19 Caberá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes realizar a gestão do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas - CANIE, criando os meios necessários para sua execução.”	II	8	NSA	Patrimônio Espeleológico	NSA
VOL 2	b) 2º O empreendedor que vier a requerer licenciamento ambiental deverá realizar seu cadastramento prévio no CANIE informando os dados do patrimônio espeleológico mencionados no processo de licenciamento, independentemente do cadastro ou registro existentes em outros órgãos.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	226 - Os resultados apresentados deverão ser acompanhados de uma discussão sucinta a respeito do que os dados encontrados representam (quanto à caracterização de grupos taxonômicos, abundância predominante de algumas espécies ou raridade, comportamento, ecologia etc.) com a utilização de referências bibliográficas.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	227 - O tema do patrimônio espeleológico deverá observar ainda o Termo de Referência desenvolvido pelo Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV (Instituto Chico Mendes).	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	228 - Os resultados desses estudos devem ser apresentados com a sugestão de classificação de relevância das cavidades identificadas na AID.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	229 - O tema sobre patrimônio espeleológico deverá observar as diretrizes da legislação, sobretudo o que preconiza a legislação e norma vos listados abaixo no que couber:	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	a) Decreto nº 99.556, de 01/10/1990 - Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências;	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	b) Decreto nº 6.640, de 07/11/2008 - Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	c) Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	d) Instrução Normativa/ICMbio nº 1, de 24/01/2017 - Estabelece procedimentos para definição de outras formas de compensação ao impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea com grau de relevância alto, conforme previsto no art. 4º, § 3º do Decreto nº 99.556, de 1º outubro de 1990.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	e) Instrução Normativa/ICMbio nº 12, de 24/08/2018 - Altera a redação do inciso II, § 2º do ar go 12 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de janeiro de 2017;	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	f) Instrução Normativa/ICMBio nº 4, de 20/09/2017 - Acrescenta o art. 5-A à Instrução Normativa nº 1, de 24 de janeiro de 2017 que estabelece procedimentos para definição de outras formas de compensação ao impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea com grau de relevância alto;	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	g) Instrução Normativa/MMA nº 2, de 30/08/2017 - Estabelece metodologia para classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas (regulamenta o art. 5º do Decreto nº 6.640/2008 e revoga a IN/MMA nº 2/2009);	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	h) Instrução Normativa/IBAMA nº 2/2018 - Revoga a Instrução Normativa/IBAMA nº 100/2006.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	i) Portaria MMA nº 358 de 30/09/2009 - Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	j) Portaria ICMBio nº 016 de 02/03/2015 - Dispõe sobre a atualização da denominação, localização e das atribuições dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no âmbito do Instituto Chico Mendes e dá outras providências.	II	8	8.1.13, Anexo 8.1-I.	Patrimônio Espeleológico	8.1.13. Patrimônio Espeleológico Anexo 8.1-1.
VOL 2	230 - O estudo deverá considerar no mínimo um ciclo hidrológico completo (estações seca e chuvosa) de modo a contemplar a sazonalidade, dando-se preferência para o ápice de cada estação;	II	8	8.2	Meio Biótico	8.2. Meio Biótico
VOL 2	231 - Deve-se incluir o detalhamento do esforço amostral para cada grupo em cada fitofisionomia, apresentando a curva do coletor. Caso seja utilizada outra forma de representação do esforço amostral, deverá ser elaborado um item comparando as características específicas de ambas;	II	8	8.2.1	Ecosistemas Terrestres	O detalhamento do esforço amostral é apresentado em para cada grupo estudado
VOL 2	232 - Por definição a área controle não deverá sofrer impacto direto do empreendimento e, devido a isto, deve se localizar fora dos limites da AID. Desse modo, caso não seja o empreendedor o proprietário da área controle, não terá, gerência sobre a conservação de terras alheias. Devido a isto a seleção de área protegida legalmente é a melhor garantia para o bom andamento dos estudos.	II	8	8.2.1.1.1	Ecosistemas Terrestres	8.2.1.1.1. Área de Estudo e Áreas Amostrais
VOL 2	233 - Como resultado dos levantamentos deverão ser preparadas listas de espécies a saber: lista de espécies geral, lista de espécies por ponto de coleta e lista de espécies por dia de coleta em cada ponto, na qual deverá ser informado: o número de espécimes encontrados de cada espécie, sempre que possível, com denominação taxonômica em nível específico;	II	8	8.2	Meio Biótico	As listas das espécies, incluindo as informações detalhadas são apresentados no Item Resultados de cada grupo estudado da fauna e também para a flora
VOL 2	234 - Deve-se identificar e avaliar o estado de fragmentação e conectividade da paisagem estudada com e sem a inserção do empreendimento dentro do contexto da análise de espécies de flora e fauna de provável ocorrência, com destaque para àqueles presentes nas listas oficiais com o respectivo grau de ameaça. Considerar para consulta, as listagens: Estadual, se houver, Nacional (MMA) e Internacional (IUCN);	II	8	8.2.1., 8.2.1.5, 8.2.1.6	Ecosistemas Terrestres	8.2.1. Ecosistemas Terrestres 8.2.1.5. Caracterização da vegetação e estágio sucessional (via sensoriamento remoto) 8.2.1.6. Análise da Paisagem
VOL 2	235 - Todos os dados deverão ser georreferenciados, devendo os dados brutos ser entregues em formato de planilha eletrônica. Além disso, os pontos e áreas amostrais deverão ser apresentados em datum SIRGAS 2000 para toda a solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico;	V	Anexo	Anexo 8.1-XXI Anexo 8.2-I	Meio Biótico	Anexo 8.1-XXI - ABIO Anexo 8.2-I - Declarações de Recebimento de Material Biológico
VOL 2	236 - A metodologia a ser utilizada para a amostragem da fauna e da vegetação deverá contemplar todos os diferentes elementos da paisagem;	II	8	8.2	Meio Biótico	8.2. Meio Biótico
VOL 2	237 - As espécies de maior interesse econômico, as endêmicas, as ameaçadas de extinção, raras, de interesse para saúde pública e bioindicadoras deverão ser identificadas e destacadas. O tipo de registro deverá ser informado;	II	8	8.2.1	Ecosistemas Terrestres	8.2.1. Ecossistema Terrestre OBS: As informações referentes a esse item são apresentadas individualmente em cada grupo estudado.

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	238 - Previamente à campanha de campo, para as coletas de material biológico, deverá ser solicitada a autorização de captura, coleta e transporte de material biológico e apresentar Carta de Aceite das instituições onde será depositado o material coletado, com declaração de anuência destas instituições de incorporação e tombamento do material nas coleções;	V	Anexo	Anexo 8.1-XXI Anexo 8.2-I	Anexo	Anexo 8.1-XXI - ABIO Anexo 8.2-I - Declarações de Recebimento de Material Biológico
VOL 2	239 - Por definição a área controle não deverá sofrer impacto direto do empreendimento e, devido a isto, deve se localizar fora dos limites da AID. Desse modo, caso não seja o empreendedor o proprietário da área controle, não terá, gerência sobre a conservação de terras alheias. Devido a isto a seleção de área protegida legalmente é a melhor garantia para o bom andamento dos estudos.	II	8	8.2.1.1.1	Ecosistemas Terrestres	8.2.1.1.1. Área de Estudo e Áreas Amostras
VOL 2	240 - Todas as fontes de informação utilizadas no trabalho deverão ser identificadas.	IV	17	8.2	Meio Biótico	8.2 Meio Biótico
VOL 2	241 - O empreendedor deverá apresentar a caracterização da fauna de vertebrados terrestres (Herpetofauna, Mastofauna, Avifauna), invertebrados (abelhas, formigas e borboletas) e vetores - Insetos de importância em saúde pública, das áreas de influência direta e indireta do empreendimento, com descrição dos tipos de "habitats" encontrados (incluindo áreas antropizadas). Os tipos de <i>habitats</i> deverão ser mapeados, com indicação do tamanho deles em termos percentuais e absolutos;	II	8	8.2.1.1, 8.2.1.4	Ecosistemas Terrestres	8.2.1.1. Fauna 8.2.1.4. Flora
VOL 2	242 - Atualização deve ser realizada tanto para os dados pré-existentes a partir de dados secundários, com base na literatura, como para os dados primários, através de trabalho de campo;	II	8	8.2.1.1	Fauna	8.2.1.1. Fauna OBS: Os dados primários e secundários são apresentados em cada grupo do diagnóstico
VOL 2	243 - A metodologia utilizada para o levantamento de dados deverá considerar os aspectos quantitativos e qualitativos;	II	8	8.2.1.1	Fauna	8.2.1.1. Fauna
VOL 2	244 - A suficiência amostral dos novos dados de campo e dos dados já levantados na região deverá ser evidenciada pela curva do coletor; os resultados das análises estatísticas deverão ser representados, também, por meio de tabelas, gráficos, mapas e desenhos. As análises devem ser realizadas por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade de cada área amostral;	II	8	8.2.1.1	Fauna	Item 8.2.1.1 - Fauna OBS: Os resultados e análises são apresentados em cada grupo do diagnóstico no subitem "C - Resultados e discussão"
VOL 2	245 - As estações de coleta deverão ser caracterizadas e localizadas em mapas, de forma a constar a coleta de estudos anteriores e novas;	II	8	8.2.1.1.1	Fauna	Item 8.2.1.1.1 - Áreas de Estudo e Áreas Amostras
VOL 2	246 - Deverão ser medidas e apresentadas as principais covariáveis ambientais e dentre elas deve ser caracterizado solo, estrutura da vegetação, pluviometria e temperatura;	II	8	8.2.1.2	Covariáveis Ambientais	8.2.1.2 - Covariáveis Ambientais
VOL 2	247 - Parâmetros bioindicadores da qualidade ambiental deverão ser selecionados para serem acompanhados pelo Programa de Monitoramento Ambiental, com as respectivas justificativas técnico científicas;	II	8	8.2.1.1, 11	Fauna	Item 8.2.1.1 - Fauna OBS: Em cada grupo do diagnóstico no subitem "C.4 - Espécies Bioindicadoras" e "D - Considerações"; Capítulo 11 - Programas Ambientais
VOL 2	248 - O empreendedor deverá realizar levantamentos para o meio biótico considerando a estratificação por fitofisionomia em todas as áreas interferidas pelo empreendimento, em áreas adjacentes e em áreas controle;	II	8	8.2.1.1	Fauna	8.2.1.1 - Fauna
VOL 2	249 - As áreas-controle ficarão indisponíveis para uso alternativo durante o período que durar o monitoramento. As áreas-controle deverão apresentar semelhança fitofisionômica com a área interferida e adjacente;	II	8	8.2.1.1.1	Ecosistema Terrestre	8.2.1.1.1 - Áreas de Estudo e Áreas Amostras

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	250 - O empreendedor deverá apresentar estudo para identificar e quantificar o efeito de borda causado pela inserção do empreendimento na área em questão. Deve-se apresentar como resultado as atuais áreas de borda e área núcleo como também as novas áreas previstas após a inserção do empreendimento. Este resultado deve ser apresentado tanto em mapa quanto em texto, tabelas e estatísticas e interpretado quanto ao impacto que representa para a área em questão. O arquivo digital deverá ser ajustado ao SIG correspondente, de modo a facultar o processamento via ArcGis;	II	8	8.2.1.6	Análise da Paisagem	8.2.1.6 - Análise da Paisagem
VOL 2	251 - Arrazoado técnico sobre a relevância deverá ser apresentado para a fauna local e migratória dos corpos de água lênticos identificadas no estudo;	II	8	8.2.2	Ecosistema Aquático	8.2.2.1. Ictiofauna
VOL 2	252 - Avaliar, com base nos conceitos de análise de risco ecológica, quais os grupos da fauna mais sensíveis frente à atividade em tela. Os receptores ecológicos selecionados deverão ser apresentados, identificados e avaliados quanto à uma possível contaminação com traços radioativos, pela própria dinâmica específica e da rede trófica, bem como quanto à uma possível dispersão da contaminação para fora da área que contém material radioativo;	II	8	8.2.1.3	Receptores Ecológicos	Item: 8.2.1.3 - Receptores Ecológicos
VOL 2	253 - Os resultados apresentados deverão ser acompanhados de uma discussão sucinta a respeito do que os dados encontrados representam (quanto à caracterização de grupos taxonômicos, abundância predominante de algumas espécies ou raridade, comportamento, ecologia etc.) com a utilização de referências bibliográficas.	II	8	8.2.1.1	Fauna	Item 8.2.1.1 - Fauna OBS: Os resultados e discussões são apresentados em cada grupo do diagnóstico no subitem "C - Resultados e discussão"
VOL 2	254 - Caracterizar a vegetação a partir das imagens digitais nas faixas espectrais do visível e do infravermelho próximo, que constituirá um mosaico de imagens índice de vegetação (ex. NDVI, EVI entre outros). Este mosaico deverá retratar a vegetação em toda a área	II	8	8.2.1.5	Caracterização da Vegetação e estágio sucessional (via sensoriamento remoto)	8.2.1.5 - Caracterização da Vegetação e estágio sucessional (via sensoriamento remoto)
VOL 2	255 - Identificar e mapear, com base nas informações disponíveis (imagens de satélite e/ou fotografias aéreas etc.) e levantamentos de campo, as fitofisionomias presentes, o estado de conservação, apresentando, para cada fitofisionomia e outros ambientes presentes na área de influência, os diferentes estratos e estimativa de dimensão da área ocupada, em valores absolutos e percentuais	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora
VOL 2	256 - Realizar levantamento florístico e fitossociológico em cada formação vegetal contendo classificação taxonômica, nome científico e vulgar, família, estrato de ocorrência e estágio reprodutivo;	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora
VOL 2	257 - Identificar os diferentes estratos vegetais existentes, destacando as espécies raras, endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, de valor econômico, medicinal, alimentício e ornamental e de interesse científico e valor ecológico significativo;	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora
VOL 2	258 - Identificar e listar as espécies da flora, destacando as ameaçadas de extinção, considerando todas as graus de ameaçada, e imunes de corte. Para tal, deverá ser considerada a Portaria MMA no 443, de 17 de dezembro de 2014, a lista da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), a lista da Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES) e as listas de espécies da flora ameaçadas e imunes de corte do estado do Ceará, de acordo com a legislação e demais normas estaduais;	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora; Tabela 8.2-68
VOL 2	259 - Caracterizar a vegetação por estágio sucessional	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora
VOL 2	260 - Apresentar as listas das espécies de ocorrência na área de estudo, com base no sistema de classificação botânica APG IV, com conferência da atualidade e grafia dos nomes, bem como ocorrência das espécies por meio de fontes oficiais, como SpeciesLink (http://splink.cria.org.br); Flora do Brasil 2020 (http://floradobrasil.jbrj.gov.br); Arvores Brasil (http://www.arvoresbrasil.com.br);	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	261 - Apresentar os resultados dos inventários florestais, incluindo informações sobre dominância, abundância e frequência das espécies, com resumo dos estudos fitossociológicos;	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora C.2. Dados primários Tabela 8.2-69
VOL 2	262 - Identificar os remanescentes florestais, verificando a existência de corredores entre eles, bem como de outras formas de vegetação impactadas pelo empreendimento e respectivos estados de regeneração;	II	8	8.2.1.4, 8.1.2.6		8.2.1.4 Flora 8.2.1.6 - Análise da Paisagem
VOL 2	263 - Indicar as áreas de ocorrência de espécies de interesse extrativista;	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora Tabela 8.2-67
VOL 2	264 - Indicar as áreas de ocorrência de espécies imunes ao corte em razão de legislação.	II	8	8.2.1.4	Flora	8.2.1.4 Flora
VOL 2	265 - Realizar o mapeamento, classificação e caracterização dos ecossistemas lóticos e lênticos onde se inserem as áreas de influência, destacando as suas características principais, em termos bióticos e abióticos. Deve-se estrá ficar o levantamento nos corpos d'água onde couber;	II	8	8.2.2	Ecossistema Aquático	Item 8.2.2 - Ecossistemas Aquáticos
VOL 2	266 - Realizar o levantamento de espécies e determinação dos parâmetros bióticos das comunidades aquáticas (fitoplâncton, zooplâncton, bentos, nécton, macrófitas e ictiofauna) e da herpetofauna, avifauna, mastofauna e invertebrados terrestres associadas, nos ambientes lóticos e lênticos, dos corpos d'água da área de estudo;	II	8	8.2	Meio Biótico	8.2.2. Ecossistema Aquático 8.2.1.1. Fauna
VOL 2	267 - Destacar espécies de maior interesse econômico, as endêmicas, as ameaçadas de extinção, raras e de interesse para saúde pública, bem como espécies não descritas previamente na área estudada, não descrita pela ciência e passíveis de serem utilizadas como indicadoras ambientais. Deve-se informar o tipo de registro;	II	8	8.2.2	Ecossistema Aquático	8.2.2. Ecossistema Aquático OBS: Espécies nas mais diversas categorias apresentadas por grupo estudado.
VOL 2	268 - Realizar investigações sobre migrações reprodutivas da ictiofauna e sobre a localização de criadouros de larvas e alevinos;	II	8	8.2.2.1.	Ecossistema Aquático	8.2.2.1. Ictiofauna OBS: Não houve amostragem devido a condições naturais (cursos intermitentes secos) mas abordou-se temática no texto com dados secundários.
VOL 2	269 - Apresentar seleção de bioindicadores de alterações ambientais;	II	8	8.2.2, 8.2.2.1, 8.2.2.2	Ecossistema Aquático	8.2.2. Ecossistema Aquático OBS: Espécies indicadoras apresentadas por grupo estudado. 8.2.2.1 - Ictiofauna 8.2.2.2 - Biota Aquática
VOL 2	270 - Apresentar mapa indicando os pontos de amostragem das variáveis físicas, químicas e biológicas da água;	II	8	8.2.2.2.1	Ecossistema Aquático	8.2.2.2.1 - Considerações Metodológicas
VOL 2	271 - Identificar os impactos de incidência direta nos componentes dos bentos e do nécton que apresentem relevância ecológica e econômica;	II	8	10	Avaliação de Impactos Ambientais	Capítulo 10 - Avaliação de impactos
VOL 2	272 - Apresentar parâmetros ecológicos de riqueza e abundância de espécies, bem como índice de diversidade para as comunidades de peixes, fitoplâncton, zooplâncton, bentos e macrófitas que deverão ser inventariadas sazonalmente;	II	8	8.2.2, 8.2.2.1, 8.2.2.2	Ecossistema Aquático	8.2.2. Ecossistema Aquático OBS: Espécies indicadoras apresentadas por grupo estudado. 8.2.2.1 - Ictiofauna 8.2.2.2 - Biota Aquática
VOL 2	273 - Amostrat, caso ocorra ao longo da área de influência, espécies da fauna de outros grupos, relacionadas aos ambientes aquáticos.	II	8	8.2.1.1.	Fauna	8.2.1.1. Fauna
VOL 2	274 - Levantar e mapear as unidades de conservação existentes (municipais, estaduais, federais e particulares) na área de estudo, suas zonas de amortecimento, bem como áreas com potencial para o estabelecimento de novas unidades de conservação, tais como sítios ímpares de reprodução, tendo em vista o seu grau de conservação e a magnitude dos efeitos que poderão ser ocasionados com a implantação e operação do empreendimento;	II	8	8.2.3.1, 8.2.3.2	Áreas Protegidas	8.2.3.1 - Unidades de conservação 8.2.3.2 - Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 2	275 - Identificar e apresentar mapeamento de áreas prioritárias para a conservação;	II	8	8.2.3.2	Áreas Protegidas	8.2.3.2 - Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade
VOL 2	276 - Identificar áreas nas proximidades do empreendimento que possam ser funcionais a biota local como áreas de fuga, escape ou reintrodução de espécies, que necessitem de medidas especiais de proteção;	II	8	8.2., 8.2.1.6.	Meio Biótico	8.2 - Meio Biótico OBS: Item discutido ao logo do diagnóstico de cada grupo 8.2.1.6. Análise da Paisagem
VOL 2	277 - Realizar a avaliação das alterações das funções ambientais decorrentes da intervenção ou supressão de vegetação em APP, considerando o diagnóstico dessas áreas, prognóstico e avaliação de impactos ambientais decorrentes da sua utilização pelo projeto;	II	8	8.2.3.3, 10, 12	Meio Biótico	8.2.3.3. Áreas de Preservação Permanente Cap. 10. Avaliação de Impactos Cap. 12. Prognóstico Ambiental
VOL 2	278 - Essa avaliação constará da identificação e mapeamento das diferentes tipologias de APP, sua distribuição espacial, suas características ambientais e sua relação com as estruturas associadas ao empreendimento proposto, com apresentação em mapa temático, em escala compatível.	II	8	8.2.3.3, 8.2.1.4	Ecosistema Terrestre	8.2.3.3. Áreas de Preservação Permanente 8.2.1.4 Flora C.2. Dados primários Tabela 8.2-69
VOL 3	279 - A caracterização do meio socioeconômico deve abranger as Áreas de Influência Diretamente Afetada (ADA), Influência Direta (AID) e indireta (All) e deverá identificar, descrever e analisar as variáveis, consideradas significativas para medir os efeitos sociais e econômicos do empreendimento.	III	8	8.3	Meio Socioeconômico	8.3. Meio Socioeconômico
VOL 3	280 - Apresentar a Metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram a análise do Meio Socioeconômico;	III	8	8.3.1	Meio Socioeconômico	8.3.1. Procedimentos Metodológicos e Fontes de Dados
VOL 3	281 - Apresentar a forma como desenvolveu o levantamento de dados primários e/ou secundários;	III	8	8.3.1	Meio Socioeconômico	8.3.1. Procedimentos Metodológicos e Fontes de Dados
VOL 3	282 - Utilizar metodologia de pesquisa social que viabilize análise adequada do meio socioeconômico quando do levantamento de dados primários, o critério de escolha dos grupos e/ou atores sociais e variáveis da pesquisa que comporão a amostra;	III	8	8.3.1	Meio Socioeconômico	8.3.1. Procedimentos Metodológicos e Fontes de Dados
VOL 3	283 - Apresentar o correspondente mapeamento com as delimitações das áreas de influência, em escala e resolução adequada;	III	7 e 8	7	Meio Socioeconômico	Cap. 7 Áreas de Influência
VOL 3	284 - Considerar, para a caracterização do meio socioeconômico, toda a interação econômica e social decorrente das alterações propostas para o meio nas áreas de influência (ADA, AID, All) e deverão ser abrangidos, no mínimo, os temas dispostos a seguir:	III	8	NSA	Meio Socioeconômico	NSA
VOL 3	285 - Distribuição espacial da população: análise e mapeamento da localização das aglomerações urbanas e rurais e hierarquização dos núcleos de acordo com o número de habitantes.	III	8	8.3.2, 8.3.2.5	Meio Socioeconômico	8.3.2 Dinâmica Regional e Territorial 8.3.2.5. Rede Urbana Atual, Polarizações e Regiões de Influência
VOL 3	286 - Caracterização das condições gerais de infraestrutura de serviços públicos nas áreas de influência, bem como descrever as demandas em relação a serviços de educação, saúde, segurança, lazer, transporte, energia elétrica, comunicação, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de lixo. Avaliar a compatibilidade da infraestrutura existente face às demandas atuais e previstas.	III	8	8.3.2, 8.3.4, 8.3.5, 8.3.6, 8.3.11, 8.3.14 e 8.3.15	Meio Socioeconômico	8.3.2. Dinâmica Regional e Territorial 8.3.4. Saúde 8.3.5. Lazer e Turismo 8.3.6. Educação 8.3.11. Usos da Água 8.3.14. Segurança Pública e Defesa Social 8.3.15. Infraestrutura Básica
VOL 3	287 - Movimentos migratórios: identificação e análise de intensidade dos fluxos migratórios informando a origem regional, tempo de permanência no(s) município(s), possíveis causas de migração, especificando ofertas de localização, trabalho e acesso. Apresentar cenário de perspectiva de imigração de trabalhadores com a implantação do empreendimento.	III	8	8.3.3	Demografia e Condição de Habitação	8.3.3.2.1. Demografia 8.3.3.3.1. Demografia

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 3	288 - Cenário futuro: migração de trabalhadores e suporte da infraestrutura municipal.	IV	10	10	Avaliação de Impactos Ambientais	10. Avaliação de Impactos Ambientais
VOL 3	289 - No que se refere às condições de saúde e doenças endêmicas, o empreendedor deverá identificar a ocorrência regional de doenças endêmicas e verificar áreas com habitats favoráveis para o surgimento e proliferação de vetores na Área de Influência;	III	8	8.3.4.2.4., 8.3.4.3.1., 8.2.1.1.9	Saúde	8.3.4.2.4. Doenças Transmissíveis 8.3.4.3.1. Considerações sobre Malária 8.2.1.1.9. Entomofauna Vetora
VOL 3	290 - Caso o empreendimento esteja localizado em regiões endêmicas de malária, conforme definição do inciso IV do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, deverá atender, no mínimo, ao conteúdo do Termo de Referência do Anexo II-A, para manifestação do MS, que poderá solicitar a inclusão de informações complementares ao TR. Mas se este não for o caso, deverá informar e justificar;	III	8	8.3.4.3.1.	Saúde	8.3.4.3.1. Considerações sobre Malária
VOL 3	291 - Identificar e caracterizar os sistemas de saúde formal e informal, rural e urbano, na área de influência do futuro empreendimento, incluindo-se o mapeamento da estrutura física e recursos humanos nos diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde e a respectiva demanda;	III	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	292 - O estudo deverá levar em consideração, entre outros, dados de sistemas nacionais de informação em Saúde (IBGE e Ministério da Saúde). Estabelecer o vínculo dos serviços de saúde no que se refere às unidades governamentais e não governamentais;	III	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	293 - O grau de integração existente entre os sistemas de atenção à saúde, deverá ser analisado, inclusive considerando-se os de natureza informal;	III	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	294 - Além disso o empreendedor deverá apresentar:	III	8	Não se aplica		Não se aplica
VOL 3	295 - As taxas de morbidade e de mortalidade (geral e infantil) e as suas principais causas;	III	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	296 - O coeficiente de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, com especial atenção para os dados existentes sobre HIV/AIDS, cólera, malária, febre amarela, dengue, Chikungunya e Zika Vírus, leishmaniose, esquistossomose e outras doenças que possam sofrer a influência do fluxo migratório de trabalhadores e pessoas em geral para a área de influência do empreendimento, inclusive o Covid-19;	III	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	297 - Taxas de prevalência por grupos etários e gênero;	III	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	298 - Relação curandeiro/serviços médicos em unidades de saúde governamentais (estudo qualitativo);	III	8	8.3.4.2.5	Saúde	8.3.4.2.5. Curandeiros, Rezadores e Benzedeiras
VOL 3	299 - Compatibilidade do sistema de saúde existente face às demandas atuais e previstas em níveis governamentais e privados; ações de prevenção na disseminação de doenças e na redução de impacto nos infectados e afetados;	IV	10	8.3.4, 10, 11	Saúde	8.3.4 - Saúde Capítulo 10 - Avaliação de Impactos Capítulo 11 - Programas Ambientais
VOL 3	300 - Identificação dos riscos ocupacionais e ambientais do empreendimento, como exposição a agentes físicos, químicos e biológicos.	IV	8	11	Programas Ambientais	11.19. Plano de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e de Proteção Radiológica
VOL 3	301 - Caracterizar a importância regional e local das atividades turísticas e de lazer existentes na área de influência do empreendimento;	III	8	8.3.5	Lazer e Turismo	8.3.5. Lazer e Turismo
VOL 3	302 - Apresentar mapeamento das áreas de fluxo de uso para fins turísticos e de lazer no entorno do empreendimento.	III	8	8.3.5.3.	Lazer e Turismo	8.3.5. Lazer e Turismo 8.3.5.3. Área de Influência Direta
VOL 3	303 - Apresentar oferta de cursos profissionalizantes, supletivos e de alfabetização de adultos	IV	8	8.3.6	Educação	8.3.6. Educação
VOL 3	304 - Apresentar número de escolas existentes por tipo de rede (Pública ou Privada);	IV	8	8.3.6	Educação	8.3.6. Educação
VOL 3	305 - Caracterizar as deficiências existentes na rede pública;	IV	8	8.3.6.3.6.	Educação	8.3.6.3.6. Desafios da Educação Pública do Estado do Ceará

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 3	306 - Caracterizar os sistemas de ensino formal e informal, rural e urbano, incluindo a identificação dos recursos físicos e humanos e a demanda atendida (geral e por nível de ensino), além da análise do grau de integração existente entre os dois sistemas (formal e informal). Déficit de matrícula (demanda reprimida): nível de qualificação dos docentes (quando aplicável); nível de escolaridade da população por faixa etária e por sexo; nível de alfabetização por faixa etária e sexo; índices de evasão escolar, repetência e aprovação; compatibilidade do sistema existente face às demandas atuais previstas. Programas de Educação e Programas de Educação Ambiental em nível governamental e privado, incluindo-se os de capacitação profissional.	IV	8	8.3.6	Educação	8.3.6. Educação
VOL 3	307 - A caracterização dos elementos do Patrimônio Natural e Cultural deverá ser realizada na área de influência direta (AID) e indireta (AII) do empreendimento, incluindo, a identificação, descrição dos elementos considerados como patrimônio natural e cultural pela população local e regional, cuja beleza cênica ou disponibilidade de uso contribuam para as atividades de lazer e turismo, cultos religiosos, festividades, visitação turística, e sítios arqueológicos históricos ou pré-históricos e edificações de valor histórico e arquitetônico. Deverão ser ainda identificadas e descritas às áreas e monumentos naturais e culturais, tais como cavernas, picos, cachoeiras, entre outros; sítios paleontológicos e/ou arqueológicos (depósitos fossilíferos, sinalizações de arte rupestre, cemitérios indígenas, cerâmicos e outros de possível interesse para pesquisas científicas ou preservação.	IV	8	8.3.7, 8.3.7.4.	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	8.3.7. Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos 8.3.7.4. Identificação e descrição dos elementos do patrimônio histórico e cultural (áreas de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico e ecológicos)
VOL 3	308 - A cartografia deverá ser apresentada, contendo a localização dos elementos do patrimônio natural e cultural, núcleos populacionais, edificações de valor histórico e arquitetônico ou de referência local e regional, sobre o mapa base.	IV	8	8.3.7, 8.3.7.4.	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	8.3.7. Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos 8.3.7.4. Identificação e descrição dos elementos do patrimônio histórico e cultural (áreas de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico e ecológicos)
VOL 3	309 - Um relatório conclusivo deverá ser apresentado, com a caracterização e avaliação da situação do patrimônio da área levantada, contendo quadro-resumo com as toponímias, coordenadas geográficas, o(s) elemento(s) encontrado(s), e sua avaliação quanto ao estado de conservação, além da identificação e descrição dos impactos e de sua significância sobre os elementos do patrimônio.	IV	8	8.3.7, 8.3.7.4.	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	8.3.7. Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos 8.3.7.4. Identificação e descrição dos elementos do patrimônio histórico e cultural (áreas de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico e ecológicos)
VOL 3	310 - Caso não sejam identificados indícios de ocorrência de elementos do Patrimônio Natural e Cultural na área de influência direta (AID), o empreendedor deverá apresentar o laudo atestando a sua inexistência acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).	IV	8	8.3.7, 8.3.7.4.	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	8.3.7. Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos 8.3.7.4. Identificação e descrição dos elementos do patrimônio histórico e cultural (áreas de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico e ecológicos)
VOL 3	311 - Caso seja verificada a existência de bens culturais acautelados, conforme definição do inciso III do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, deverá atender, no mínimo, ao conteúdo do Termo de Referência do Anexo II-D, visando manifestação do Iphan, que poderá solicitar a inclusão de informações complementares ao TR.	IV	8	8.3.7, 8.3.7.4.	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	8.3.7. Patrimônios Históricos, Culturais e Arqueológicos 8.3.7.4. Identificação e descrição dos elementos do patrimônio histórico e cultural (áreas de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico e ecológicos)
VOL 3	312 - Identificar, caracterizar e localizar espacialmente as possíveis comunidades ou populações tradicionais.	IV	8	8.3.8	Comunidades Tradicionais	8.3.8. Comunidades Tradicionais
VOL 3	313 - Considerar o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2017, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) ¹ , que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT);	IV	8	8.3.8	Comunidades Tradicionais	8.3.8. Comunidades Tradicionais

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 3	314 - Considerar a possível interferência direta em terras ou reservas indígenas e território dos remanescentes quilombolas, conforme preconiza o inciso IV dos Artigos XII e XIII da Portaria Interministerial nº 60 de 24 de março de 2015, nas áreas de influência do empreendimento. Na situação em que não houver povos e populações tradicionais, terras ou reservas indígenas, remanescentes quilombolas nas áreas de influência (ADA, AID, AI) do empreendimento a empresa deve informar e justificar sua resposta, seguindo o TR - FUNAI Componente Indígena SEI 9375138	IV	8	8.3.8	Comunidades Tradicionais	8.3.8. Comunidades Tradicionais
VOL 3	315 - Entre os PCTs do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros (http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais).	IV	8	8.3.8	Comunidades Tradicionais	8.3.8. Comunidades Tradicionais
VOL 3	316 - Descrever o sistema de organização social, identificando os grupos, movimentos, associações comunitárias, lideranças, forças e tensões sociais, políticas e sindicais atuantes	IV	8	8.3.9	Organização Social	8.3.9. Organização Social
VOL 3	317 - Caracterizar o uso e ocupação do solo na área de influência do empreendimento através de mapeamento e análise, abordando, no mínimo, os seguintes itens:	IV	8	8.3.10	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10. Uso e Ocupação do Solo
VOL 3	318 - Caracterizar e mapeamento do uso de solo e ocupação na área de influência direta do empreendimento e planos diretores municipais ou outros.	IV	8	8.3.10	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10. Uso e Ocupação do Solo
VOL 3	319 - Apresentar zoneamento e outros normativos legais de parcelamento e de uso e ocupação do solo; identificar as áreas rurais, urbanas e de expansão urbana e do processo de ocupação e urbanização:	IV	8	8.3.10, 8.3.10.2.	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10. Uso e Ocupação do Solo 8.3.10.2. Diretrizes Ambientais e Territoriais Incidentes
VOL 3	320 - Identificar os usos urbanos, considerando os usos residenciais, comerciais, de serviços, industriais, institucionais e públicos, inclusive as disposições legais de zoneamento e plano diretor municipal;	IV	8	8.3.10, 8.3.10.2, 8.3.10.3	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10. Uso e Ocupação do Solo 8.3.10.2. Diretrizes Ambientais e Territoriais Incidentes 8.3.10.3. Uso, Ocupação do Solo e Vegetação
VOL 3	321 - Identificar os usos rurais, indicando as culturas permanentes e temporárias, com ou sem sistema de irrigação, de subsistência, as pastagens naturais ou plantadas, as vegetações nativas e exóticas etc.;	IV	8	8.3.10.4.2	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.2. Ocupação Rural de Santa Quitéria e Itatira
VOL 3	322 - Caracterizar as áreas urbanas e rurais do entorno do empreendimento, com mapeamento das vias de acesso ao empreendimento (parte terrestre) e aglomerados populacionais.	IV	8	8.3.10.4.2	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.2. Ocupação Rural de Santa Quitéria e Itatira
VOL 3	323 - Realizar o levantamento da compatibilização do empreendimento com o zoneamento de uso e ocupação do solo do município e/ou plano diretor municipal, identificando a existência de possíveis conflitos.	IV	8	8.3.10, 8.3.10.2, Anexo 8.3-1	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10. Uso e Ocupação do Solo 8.3.10.2. Diretrizes Ambientais e Territoriais Incidentes Anexo 8.3-1 Certificado de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 653/2010) de Conformidade
VOL 3	324 - Apresentar o regime de propriedade e padrão da estrutura fundiária; caracterizar a situação fundiária da área de interesse do empreendimento, discriminando os superficiários e a situação legal das terras ocupadas, quando for o caso.	IV	8	8.3.10.4.4	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.4. Estrutura dos Estabelecimentos Agropecuários
VOL 3	325 - Identificar e realizar o levantamento das propriedades, padrão da estrutura física e caracterização da situação fundiária para as habitações/edificações circunvizinhos ao empreendimento.	IV	8	8.3.10.4.4	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.4. Estrutura dos Estabelecimentos Agropecuários
VOL 3	326 - Analisar as interferências da instalação e operação do empreendimento na situação atual e prevista, especialmente, quanto ao aumento do tráfego de caminhões e outros veículos do empreendimento.	IV	10	10	Avaliação de Impactos Ambientais	Cap. 10. Avaliação de Impactos
VOL 3	327 - Mapear e identificar conflitos de sobreposição das áreas com superficiários, assentamentos etc.;	IV	8	8.3.10.4.4	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.4. Estrutura dos Estabelecimentos Agropecuários
VOL 3	328 - Atividade Produtiva	IV	8	8.3.12		8.3.12.2. Estrutura Produtiva e de Serviços

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 3	329 - Apresentar e caracterizar a estrutura produtiva e serviços exercidos na Área de Influência, como: fatores de produção, contribuição de cada setor, nível tecnológico por setor; aspectos da economia informal; e relação de troca entre as economias local, regional e nacional, incluindo a destinação da produção.	IV	8	8.3.10.4.5, 8.3.12.2	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.5. Condição do Produtor 8.3.12.2. Estrutura Produtiva e de Serviços
VOL 3	330 - Mapear e caracterizar as áreas e rotas utilizadas para circulação e/ou escoamento da produção do empreendimento na Área de Influência Direta.	I	3 e 6	3.5.5	Lazer e Turismo	6.1.9 Transporte de Insumos e Produtos Mapa 3.5-1 - Rotas de escoamento dos produtos do PSQ.
VOL 3	331 - Caracterizar os possíveis conflitos de uso (pesca, lazer, turismo etc.) e suas inter-relações com o empreendimento.	IV	8	8.3.5, 8.3.11	Lazer e Turismo	8.3.5. Lazer e Turismo 8.3.11. Usos da Água
VOL 3	332 - Caracterizar e quantificar os usuários dos recursos hídricos na região na Área de Influência Direta do empreendimento.	I	3 e 6	8.3.11, 8.3.11.3	Usos da Água	8.3.11. Usos da Água 8.3.11.3. Área de Influência Direta - Usos da Água
VOL 3	333 - Os usos da água na área de influência deverão ser diagnosticados, abrangendo, no mínimo, os seguintes tópicos:	IV	8	8.3.11	Usos da Água	8.3.11. Usos da Água
VOL 3	a) Disponibilidade hídrica na área de influência do empreendimento;	I	3 e 6	8.3.11	Usos da Água	8.3.11. Usos da Água
VOL 3	b) Mananciais e sistema de abastecimento da população;	IV	8	8.3.11	Usos da Água	8.3.11. Usos da Água
VOL 3	c) Formas de utilização dos recursos hídricos pela população local (dessedentação humana e de animais domésticos, higiene, lazer, insumo produtivo etc.);	IV	8	8.3.11	Usos da Água	8.3.11. Usos da Água
VOL 3	d) Qualidade das águas disponíveis e de uso das populações; Restrições de acesso da população aos recursos hídricos;	IV	8	8.1.9, 8.3.11., 8.3.15	Meio Socioeconômico	8.1.9 - Qualidade da Água Superficial ((Volume II) 8.3.11. Usos da Água 8.3.15 - Infraestrutura Básica
VOL 3	e) Destinação dos resíduos sólidos e do esgotamento sanitário.	IV	8	8.3.15.2.1	Saneamento básico	8.3.15.3.1. Saneamento básico
VOL 3	f) Avaliação pela população das condições ambientais de seu município e de sua área moradia;	IV	8	8.3.18	Percepção da População	8.3.18. Percepção da População
VOL 3	g) Avaliação pela população do desempenho das empresas mineradoras e indústrias ligadas diretamente à atividade.	IV	8	8.3.18	Percepção da População	8.3.18. Percepção da População
VOL 3	h) Tendências de usos e demandas futuras dos recursos hídricos, inseridos na perspectiva de implantação ou não do empreendimento.	IV	8	6, 8.3.19.4.1, 12	Alternativas Tecnológicas e Locacionais ((Volume I) Planos, Programas e Projetos Colocalizados Prognóstico Ambiental (Volume IV)	Cap. 6 - Alternativas Tecnológicas e Locacionais ((Volume I) 8.3.19.4.1 Sistema Adutor Cap. 12 - Prognóstico Ambiental (Volume IV)
VOL 3	334 - Apresentar os principais eixos e fatores determinantes do crescimento econômico regional.	IV	8	8.3.12	Dinâmica Econômica	8.3.12. Dinâmica Econômica
VOL 3	335 - Caracterizar a atividade econômica: agropecuária (áreas cultivadas e principais tipos de culturas etc.), extrativismo (atividades de coleta de produtos naturais, sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral), indústria (indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) e serviços.	IV	8	8.3.12	Dinâmica Econômica	8.3.12. Dinâmica Econômica
VOL 3	336 - Apresentar a capacidade do empreendedorismo local (estudo qualitativo) - identificação de oportunidades; incentivos, articulação / capacitação / potencialização das forças de trabalho local.	IV	8	8.3.12.4.3	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.3. Mercado Formal de Trabalho A. Empreendedorismo
VOL 3	337 - Apresentar as atividades de cooperativismo e associativismo.	IV	8	8.3.12.4.3	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.3. Mercado Formal de Trabalho B. Associativismo/Cooperativismo
VOL 3	338 - Apresentar as atividades agrícolas de subsistência.	IV	8	8.3.10.4.6	Uso e Ocupação do Solo	8.3.10.4.6. Agricultura Familiar
VOL 3	339 - Apresentar informações sobre o trabalho informal.	IV	8	8.3.12.4.2	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.2. Estrutura Ocupacional
VOL 3	340 - Apresentar dados da população economicamente ativa (PEA), por faixa etária e por sexo, rural e urbana;	IV	8	8.3.12.4.2	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.2. Estrutura Ocupacional

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 3	341 - Apresentar dados da população ocupada, por faixa etária e por sexo. Condição de ocupação (empregador, empregado, autônomo, outros). Renda na ocupação principal e outras;	IV	8	8.3.12.4.2	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.2. Estrutura Ocupacional
VOL 3	342 - Informar sobre a distribuição da população ocupada nos setores da economia (cruzado com a classificação de atividade econômica);	IV	8	8.3.12.4.2	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.2. Estrutura Ocupacional
VOL 3	343 - Apresentar a taxa de desocupação/índices de desemprego;	IV	8	8.3.12.4.2	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.2. Estrutura Ocupacional
VOL 3	344 - Apresentar informações sobre o trabalho infantil;	IV	8	8.3.13., 8.3.13.3	Nível de Vida e Vulnerabilidade socioeconômica	8.3.13. Nível de Vida e Vulnerabilidade socioeconômica 8.3.13.3. Trabalho Infantil
VOL 3	345 - Apresentar informações sobre o trabalho clandestino/escravo;	IV	8	8.3.13., 8.3.13.2	Nível de Vida e Vulnerabilidade socioeconômica	8.3.13. Nível de Vida e Vulnerabilidade socioeconômica 8.3.13.2. Trabalho Escravo
VOL 3	346 - Apresentar a perspectiva de abertura de postos de trabalho com a implantação do empreendimento.	IV	3 e 10	3.9, 8.3.12	Dinâmica Econômica	3.9 Mão de Obra e Regime de Trabalho (Volume I) 8.3.12.4.3. Mercado Formal de Trabalho; C. Perspectivas Futuras
VOL 3	347 - Identificar as receitas, despesas, níveis de endividamento e de investimento e sua evolução nos últimos 05 anos;	IV	8	8.3.12.4.5	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.5. Finanças Públicas
VOL 3	348 - Identificar as receitas próprias;	IV	8	8.3.12.7	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.5. Finanças Públicas
VOL 3	349 - Apresentar informações sobre transferências correntes;	IV	8	8.3.12.7	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.5. Finanças Públicas
VOL 3	350 - Apresentar informações sobre investimentos com recursos próprios e de terceiros;	IV	8	8.3.12.7	Dinâmica Econômica	8.3.12.4.5. Finanças Públicas
VOL 3	351 - Informar sobre as condições de vida da população localizada na área de influência.	IV	8	8.3.13	Nível de Vida e Vulnerabilidade socioeconômica	8.3.13. Nível de Vida e Vulnerabilidade socioeconômica
VOL 3	352 - Apresentar informações sobre a estrutura de segurança policial, judiciária, de defesa social, de defesa civil e de corpo de bombeiros);	IV	8	8.3.14	Segurança Pública e Defesa Social	8.3.14. Segurança Pública e Defesa Social
VOL 3	353 - Apresentar índices de criminalidade, considerada a faixa etária e sexo; violência e sua evolução - tipos (assaltos, roubos, estupros, homicídios - com segregação de feminicídios etc.);	IV	8	8.3.14	Segurança Pública e Defesa Social	8.3.14. Segurança Pública e Defesa Social
VOL 3	354 - Informar sobre a capacidade do sistema existente face às demandas atuais e previstas com a possível implantação do projeto;	IV	3 e 10	8.3.14, 10	Segurança Pública e Defesa Social	8.3.14. Segurança Pública e Defesa Social Cap. 10. Avaliação de Impactos
VOL 3	355 - Apresentar programas e projetos governamentais e não governamentais.	IV	8	8.3.16	Contexto Institucionais	8.3.16. Contexto Institucionais
VOL 3	356 - Projetar cenário incluindo os dados sobre segurança pública das áreas de influência e aumento ou não dos índices de criminalidade com a implantação do empreendimento, principalmente relacionados ao aumento de prostituição infanto-juvenil e gravidez na adolescência	IV	3 e 10	8.3.14	Segurança Pública e Defesa Social	8.3.14. Segurança Pública e Defesa Social
VOL 3	O empreendedor deverá informar sobre:	IV	8	NSA		NSA
VOL 3	357 - Malha rodoviária (rodovias; estradas vicinais);	IV	8	8.3.2.4.1., 8.3.10.4.7	Meio Socioeconômico	8.3.2.4.1. Transporte Rodoviário 8.3.10.4.7. Ocupação Urbana
VOL 3	358 - Serviços de Saúde;	IV	8	8.3.4	Saúde	8.3.4. Saúde
VOL 3	359 - Saneamento e Abastecimento;	IV	8	8.3.14	Saneamento básico	8.3.15.3.1. Saneamento básico
VOL 3	360 - Escolas	IV	8	8.3.6	Educação	8.3.6. Educação
VOL 3	361 - Planos e Programas governamentais. Gestão participativa (Instrumentos de transparência administrativa; Existência de Conselhos Setoriais). Correlação do poder político local (executivo, legislativo e judiciário) com as relações estaduais e federais.	IV	8	8.3.16	Contexto Institucionais	8.3.16. Contexto Institucionais

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 3	362 - Capacidade de articulação do município: Participação em Fóruns de Desenvolvimento, Comitês de Bacias e outros. Gestão pública e articulação institucional. A Gestão Tributária.	IV	8	8.3.16	Contexto Institucionais	8.3.16. Contexto Institucionais
VOL 3	363 - Descrição programas/projetos que a empresa desenvolverá junto à população, bem como os convênios junto às universidades e prefeituras.	IV	11	11	Contexto Institucionais	Cap. 11 Programas Ambientais
VOL 3	364 - Avaliação de forma clara dos impactos positivos gerados pelo projeto, inclusive sobre sua tributação de base territorial, como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) arrecadação de taxas e impostos e outros.	IV	10	10	Avaliação de Impactos	Cap. 10. Avaliação de Impactos
VOL 3	365 - Indicação das suas formas de maximização e apropriação socioeconômica ampliada via consolidação de programas e ações sociais direcionadas à valorização da mão-de-obra e dos saberes locais, mapeando as iniciativas locais para formação e qualificação de mão-de-obra; as iniciativas de formação continuada de arranjos produtivos associados nas fases de implantação, operação e descomissionamento do empreendimento.	IV	10	8.3.6.2.2, 8.3.6.3.2.,11	Educação	8.3.6.2.2. Estabelecimentos de Educação 8.3.6.3.2. Recursos físicos Cap. 11 Programas Ambientais
VOL 3	366 - Identificar, descrever e analisar as relações de dependência entre a comunidade local na área de influência do empreendimento, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos, levando em consideração os levantamentos e análises realizadas no diagnóstico ambiental e socioeconômico, destacando-se:	IV	8	8.3.17	Relação de Dependência da População com os Recursos Ambientais	8.3.17. Relação de Dependência da População com os Recursos Ambientais
VOL 3	a) Os usos da água (levando em consideração, além dos levantamentos presentes no item "Recursos Hídricos", as formas de utilização dos recursos hídricos pela população local - dessedentação humana e de animais domésticos, higiene, lazer, insumo produtivo etc.).	IV	8	8.3.11., 8.3.17.2.1, 12	Meio Socioeconômico	8.3.11. Usos da Água 8.3.17.2.1. Relação de dependência com os recursos hídricos Cap. 12 -Prognóstico Ambiental (Volume IV)
VOL 3	b) O extrativismo de produtos naturais, sejam estes de origem animal, vegetal ou mineral.	IV	8	8.3.17.2.2	Relação de Dependência da População com os Recursos Ambientais	8.3.17.2.2. Relação de dependência com o extrativismo de produtos naturais
VOL 3	c) Uso dos equipamentos públicos na saúde, educação, infraestrutura viárias, entre outros.	IV	8	8.3.4., 8.3.5., 8.3.6., 8.3.11., 8.3.15.	Meio Socioeconômico	8.3.4. Saúde 8.3.5. Lazer e Turismo 8.3.6. Educação 8.3.11. Usos da Água 8.3.15. Infraestrutura Básica 8.3.20. Conclusão
VOL 3	367 -Levantar as principais expectativas/percepção da população da área de influência em relação ao empreendimento.	IV	8	8.3.17	Percepção da População	8.3.18. Percepção da População
VOL 3	368 - Identificar potenciais conflitos a serem trabalhados no processo de licenciamento do empreendimento junto à comunidade local e regional.	IV	10	8.3.18, 8.3.20	Percepção da População	8.3.18. Percepção da População 8.3.20 Conclusão
VOL 4	369 - A análise deverá conter a interação dos componentes de maneira a demonstrar com clareza as principais relações entre os meios: físico, biótico e socioeconômico;	IV	9	9	Análise Integrada	Cap. 9. Análise Integrada
VOL 4	370 - Após os diagnósticos setoriais deverá ser realizada uma análise que caracterize a área de estudo de forma global;	IV	9	9	Análise Integrada	Cap. 9. Análise Integrada
VOL 4	371 - A análise deverá conter a interação dos componentes de maneira a demonstrar com clareza as principais inter-relações entre os meios: físico, biótico e socioeconômico;	IV	9	9	Análise Integrada	Cap. 9. Análise Integrada

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	372 - O empreendedor deverá realizar uma análise das condições ambientais atuais e suas tendências evolutivas, explicitando as relações de dependência e de sinergia entre os fatores ambientais anteriormente descritos, de forma a se compreender a estrutura e a dinâmica ambiental da região, identificando corredores naturais e contemplando futuros projetos de uso.	IV	9	9	Análise Integrada	Cap. 9. Análise Integrada
VOL 4	373 - Esta análise terá como objetivo fornecer conhecimentos capazes de embasar a identificação e a avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento, bem como a qualidade ambiental futura da região.	IV	9	9	Análise Integrada	Cap. 9. Análise Integrada
VOL 4	374 - As identificações e avaliações dos impactos ambientais deverão levar em consideração cada um dos fatores (ou) componentes dos meios natural e socioeconômico abordados no diagnóstico ambiental, assim como as possíveis respostas desses fatores às atividades do projeto, de maneira a se ter a seguinte sequência lógica: atividades - aspectos ambientais - impactos ambientais.	IV	10	10	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	Cap. 10. Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais
VOL 4	375 - Essa avaliação deverá ser realizada por meio de metodologia consagrada na literatura, mesmo que na forma de metodologia adaptada.	IV	10	10.1	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas
VOL 4	376 - A partir da caracterização por meio dos atributos, deverá ser avaliado o grau de significância (ou importância) de cada impacto, procedimento esse que necessita considerar: As condições e as dinâmicas atuais do meio ambiente (fase anterior ao projeto); A sensibilidade dos meios abiótico, biótico e antrópico, levando-se em conta os diversos fatores (ou) componentes ao alcance de cada impacto; A representatividade (comportamento) de cada impacto frente à pressão das atividades do projeto sobre o meio ambiente; Importância qualitativa dos impactos identificados em relação ao fator ambiental considerando a relevância conferida a cada um deles, em relação aos grupos sociais afetados.	IV	10	10.1, 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	377 - Na avaliação dos impactos ambientais deverão ser considerados os eventuais conflitos do projeto com o uso atual do ambiente a ser afetado, abrangendo os seguintes aspectos e suas relações: atividades socioeconômicas, fauna e flora, pesca, turismo e paisagem, agropecuária e outros usos.	IV	10	10.1, 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	378 - Avaliação de impactos ambientais sinérgicos e cumulativos, contemplando, no mínimo, todas as obras associadas ao fornecimento de insumos e ou atividades necessárias e ou essenciais ao PCISQ, tais como estradas de acesso, fornecimento de água e energia etc.	IV	10	10.4	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.4. Avaliação de Impactos Cumulativos e Sinérgicos com Infraestrutura de Água, Energia e Acessos Rodoviários
VOL 4	379 - A apresentação dos resultados deverá se dar de forma sistemática, clara e objetiva, seguida de análise interpretativa fundamentada em critério técnico, de modo que tal avaliação possa, de fato, constituir um instrumento de suporte à tomada de decisão.	IV	10	10.1, 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	380 - As alterações das funções ambientais decorrentes da intervenção ou supressão de vegetação em áreas protegidas deverão ser avaliadas, considerando o diagnóstico dessas áreas, prognóstico e avaliação de impactos ambientais decorrentes da sua utilização pelo projeto. Essa avaliação constará da identificação e mapeamento das diferentes tipologias de áreas protegidas, em mapa temático em escala compatível, sua distribuição espacial, suas características ambientais e sua relação com as estruturas associadas ao empreendimento proposto. Deverão ser otimizadas a interferência e supressão em áreas protegidas visando a menor utilização destas áreas pelo empreendimento	IV	10	10.1, 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	381 - Anteriormente à apresentação dos resultados deverão constar: a metodologia de identificação e de avaliação dos impactos, as técnicas e/ou critérios de definição dos atributos e os critérios e premissas adotados para as análises e interpretações.	IV	10	10.1	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	382 - Na identificação e avaliação dos impactos deverão ser separados aqueles referentes à Unidade de Fosfato e da Unidade de Urânio.	IV	10	10.1, 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	383 - Os impactos do empreendimento sobre o meio ambiente deverão ser analisados, de forma integrada, considerando as fases de planejamento, instalação e operação do empreendimento. Essa avaliação preliminar, deverá abranger os impactos benéficos e desfavoráveis do empreendimento, bem como levar em conta o fator tempo, determinando, na medida do possível, uma projeção dos impactos imediatos, a médio e longo prazo: temporários, permanentes e cíclicos, reversíveis e irreversíveis; locais, regionais e estratégicos.	IV	10	10.1; 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	384 - Além disso, deverão ser identificados e avaliados os efeitos sinérgicos e cumulativos	IV	10	10.1; 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	385 - As condições emergentes advindas da instalação e operação do empreendimento deverão ser consideradas na elaboração do prognóstico, conduzindo à proposição de medidas destinadas ao equacionamento dos impactos ambientais.	IV	10	10.1, 10.2, 12	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida Cap. 12. Prognóstico Ambiental
VOL 4	386 - Na apresentação dos resultados, constarão	IV	10	NSA	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	NSA
VOL 4	a) Metodologia de identificação dos impactos, a técnica de previsão de suas magnitudes e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas alterações;	IV	10	10.1	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas
VOL 4	b) Descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante, considerado no diagnóstico ambiental, com valoração, magnitude e importância dos impactos;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	c) Síntese conclusiva dos impactos relevantes que poderão ocorrer nas fases de implantação e operação, acompanhada de suas interações.	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	387 - Na avaliação dos impactos ambientais deverão ser considerados os eventuais conflitos do projeto com o uso atual do ambiente a ser afetado, abrangendo os seguintes aspectos e suas relações:	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	a) Atividades socioeconômicas;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	b) Propriedades/habitações adjacentes;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	c) Segurança rodoviária;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	d) Dinâmica de escoamento e Transporte;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	e) Turismo e Paisagem;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	f) Outros usos;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	g) Recomposição de áreas degradadas;	IV	10	10.1 e 10.2	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.1. Procedimentos Metodológicos para a avaliação de impacto ambiental e identificação das medidas 10.2. Identificação e avaliação dos impactos ambientais e proposição de medida
VOL 4	388 - Ao final deste item deverá ser apresentado um resumo na forma de planilha contendo o levantamento de impactos relacionados às atividades do empreendimento. Esta planilha deverá conter as condições de ocorrência dos impactos, suas magnitudes, grau de importância e as medidas necessárias para o seu controle.	IV	10	10.3	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.3. Matriz de Impacto Ambiental do PSQ
VOL 4	389-- Apresentar um capítulo síntese da temática ambiental do projeto embasada em informações contidas no Relatório Final de Análise de Segurança (RFAS) em linguagem acessível acerca de todos os controles e garantias de forma a suprir tanto a equipe responsável pelo licenciamento ambiental quanto qualquer outro indivíduo com o mínimo necessário de informações acerca da natureza radiológica do empreendimento e as medidas de proteção radiológica, segurança física ou salvaguardas que lhes são aplicáveis.	IV	10	3.3	Concepção do Projeto	3.3.1.6.2 Proteção Radiológica e Segurança Física das Instalações
VOL 4	390 - Com base na identificação dos impactos ambientais deverão ser recomendadas medidas que venham a minimizá-los, compensá-los ou eliminá-los. Essas medidas deverão ser implementadas visando a recuperação e a conservação do meio ambiente, devendo ser consubstanciadas em programas.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	391 - Os programas ambientais deverão considerar:	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	a) Componente ambiental afetado.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	b) Metas a serem alcançadas.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	c) Objetivos, justificativas e público-alvo.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	d) Metodologia.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	e) Indicadores ambientais que comprovem sua efetividade.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	f) Fases da atividade em que deverão ser implementados.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	g) O agente executor, com definição de responsabilidades (incluindo a identificação de eventuais parceiros institucionais).	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	h) Procedimentos para o acompanhamento/avaliação.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	i) Bibliografia	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	392 - No tocante às medidas mitigadoras, deverão ser apresentadas as diretrizes ambientais para construção das diferentes obras inerentes ao empreendimento, entre elas aquelas medidas a serem aplicadas nas vias de acesso, jazidas e áreas de empréstimo, disposição dos bota-fora, eventual construção de vilas residenciais, estação de bombas e válvulas, barragens, entre outras, considerando ainda o caráter de temporalidade.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	393 - O EIA deve ser preventivo, de controle, mitigador e/ou compensatório, propor programas ambientais que expressem, claramente, os impactos a que se relacionam, de forma a permitir a avaliação da sua suficiência e propriedade técnica na reversão dos aspectos indesejáveis identificados no prognóstico ou na potencialização daqueles aspectos positivos.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	394 - Além disso, conforme a legislação vigente, é obrigatória a apresentação dos de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Educação Ambiental e de Compensação Ambiental.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	395 - Quanto ao Programa de Educação Ambiental deverá atender o disposto na Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; a Instrução Normativa nº 2, de 27 de março de 2012 que estabelece as bases técnicas para Programas de Educação Ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	396 - Quanto ao PRAD serão apresentadas as técnicas e metodologias que são utilizadas nos programas previstos, justificando-se as alternativas.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	397 - O PRAD deverá atender as normas NRM-21/DNPM e ABNT 13030.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	398 - As diretrizes gerais para a implantação dos programas de monitoramento ambiental deverão ser apresentadas, de forma que contemplem as áreas em questão, com o objetivo de se permitir o acompanhamento da evolução da qualidade ambiental e, adoção de medidas complementares de controle.	IV	11	11	Programas Ambientais	Cap. 11. Programas Ambientais
VOL 4	399 - Tabela de relacionamento deverá ser apresentada, indicando: a) descrição do impacto; b) fator ambiental afetado; c) fase de ocorrência; d) localização do impacto; e) ações, medidas e programas referentes ao impacto; f) ação e eficácia esperada.	IV	10	10.3	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais	10.3. Matriz de Impacto Ambiental do PSQ
VOL 4	400 - Apresentar, na forma de antecipação de cenário, a situação ambiental futura com a implantação do empreendimento, considerados os resultados da Avaliação dos Impactos Ambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento, e os programas ambientais propostos.	IV	12	12	Prognóstico Ambiental	Cap. 12. Prognóstico Ambiental
VOL 4	401 - Avaliar a situação ambiental das áreas de influência com a implantação e operação do empreendimento, considerando a adoção dos programas ambientais propostos.	IV	12	12	Prognóstico Ambiental	Cap. 12. Prognóstico Ambiental
VOL 4	402 - O Prognóstico Ambiental deverá ser realizado a partir das informações presentes no diagnóstico e considerando os diversos temas específicos. Além disso, o prognóstico ambiental deve ser tratado como uma extensão da discussão dos resultados de cada tema particular, reunidos no mesmo documento.	IV	12	12	Prognóstico Ambiental	Cap. 12. Prognóstico Ambiental
VOL 4	404 - Conforme IN Ibama no 08/2011, devera o Programa de compensação Ambiental atender:	IV	13	12	Prognóstico Ambiental	Cap. 12. Prognóstico Ambiental
VOL 4	405 - As informações necessárias para o cálculo do Grau de Impacto, de acordo com as especificações constantes do Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002; e indicação da proposta de Unidades de Conservação a serem beneficiadas com os recursos da compensação Ambiental, podendo incluir proposta de criação de novas Unidades de Conservação, considerando o previsto no art. 33 do Decreto no 4.340/2002, nos arts. 9o e 10 da Resolução CONAMA 371/06 e as diretrizes e prioridades estabelecidas pela Câmara Federal de Compensação Ambiental.	IV	13	13	Compensação Ambiental	Cap. 13. Compensação Ambiental

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	406 - A Empresa deverá apresentar um plano de fechamento de forma conceitual, com indicativo de uso futuro da área após o término da exploração. Devendo apresentar, também, uma expectativa da paisagem final da área de influência direta do projeto. Esta atividade deverá estar relacionada com as diretrizes elaboradas para o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	407 - Esta análise deverá estar consubstanciada na descrição de indicadores de aptidão ambiental e nas diversas alternativas de uso propostas, para que se possa conduzir a seleção de formas de ocupação mais compatíveis com a vocação natural da área.	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	408 - O plano de descomissionamento deverá atender a NRM-20 do DNPM.	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	409 - Um plano de desativação nessa etapa de EIA será apresentado, de forma conceitual, com indicação do uso futuro da área após o término da exploração.	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	410 - Esta análise deverá estar consubstanciada na descrição de indicadores de aptidão ambiental e nas diversas alternativas de uso propostas, conduzindo sempre que possível a seleção de formas de ocupação mais compatíveis com a vocação natural da área.	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	411 - Esta atividade deverá estar relacionada com as diretrizes elaboradas para o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	412 - Quanto ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), serão apresentadas as técnicas e metodologias que são utilizadas nos programas previstos, ficando as alternativas. O PRAD deverá atender as normas NRM - 21 / DNPM e ABNT 13030 (reabilitação de área degradada).	IV	14	14	Plano de Descomissionamento	Cap. 14. Plano de Descomissionamento
VOL 4	413 - O Estudo de Análise de Riscos (EAR) tem como objetivo a avaliação dos riscos impostos pelo empreendimento em decorrência de acidentes ampliados com consequências negativas a vida humana, a saúde, a propriedade e ao meio ambiente	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	414 - O Estudo de Análise de Riscos será utilizado como base para desenvolvimento do Programa de Gerenciamento de Riscos do empreendimento, sendo para isto considerados os meios de gestão e controle dos riscos e medidas mitigadoras aplicadas a redução dos riscos identificados	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	415 - O Estudo de Análise de Riscos contemplará, minimamente, os seguintes itens	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	a) Descrição das Instalações e da Região: serão descritas as instalações do empreendimento e apresentado o layout com as principais áreas deste. Serão relacionadas as principais operações/atividades que serão realizadas no empreendimento, sendo apresentadas as principais informações para compreensão dos riscos decorrentes destas e os fluxogramas de processos e/ou instrumentação e tubulação para suportar a compreensão dos fluxos das atividades e equipamentos presentes. Serão descritos os sistemas de segurança previstos e a forma de atuação destes. A área imediatamente entorno, potencialmente afetada pelas consequências danosas, será descrita com apresentação da população circunvizinha (comunidade) presente, de forma a embasar a estimativa dos riscos de fatalidades externas. Serão apresentados os dados meteorológicos aplicados a região para suportar a estimativa numérica da amplitude das consequências.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	b) Identificação dos Produtos Químicos: serão destacadas as áreas com presença (recebimento, armazenamento, manipulação e/ou geração) de produtos químicos, sendo relacionados os produtos químicos presentes em cada área, os inventários estimados, a forma de armazenamento e a forma de manipulação (inclusive recebimento, geração e/ou expedição). Para cada produto químico serão destacados os principais riscos e características em relação a inflamabilidade, toxicidade e potencial de danos ambientais. Serão apresentadas, anexas ao relatório, as fichas de informação de segurança dos produtos químicos (FISPQs) presentes no empreendimento.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	c) Identificação dos Perigos: serão levantadas todas as situações potenciais de riscos que impliquem em consequências danosas a vida humana, a saúde, a propriedade e/ou ao meio ambiente. Para isto será adotada o procedimento de Análise Preliminar de Riscos (APR), ou outra similar, sendo identificadas as principais causas e consequências, as salvaguardas previstas e avaliados os riscos de forma qualitativa, com base em categorias de frequência de ocorrência e severidade dos danos que sejam representativas para o tipo de risco e empreendimento avaliado. Sempre que necessário serão propostas medidas mitigadoras para redução dos riscos.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	d) Estimativa das Consequências: Para os eventos acidentais identificados, os quais sejam relacionados a liberações acidentais envolvendo substâncias químicas com potencial inflamável e/ou tóxico, serão realizadas modelagens matemáticas para estimativa das consequências. Tais modelagens deverão ser realizadas buscando estimar danos potenciais em níveis de fatalidade pré-definidos, sendo minimamente analisado o nível relativo a 1% de fatalidade para cada efeito físico. Os efeitos físicos em estudo serão definidos com base no desencadeamento acidental do evento, a ser analisado com o uso de análise por árvore de eventos (AAE). As modelagens matemáticas serão realizadas com o uso / adoção de modelos aceitos internacionalmente para estimativa de consequência de eventos acidentais. Os resultados serão apresentados sob a forma de tabela contendo as distâncias alcançadas para cada efeito físico, em cada situação de risco avaliada, e plotados sobre a região compondo o mapeamento de vulnerabilidade	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	e) Estimativa das Frequências de Ocorrência: para os eventos acidentais que verem potencial de extrapolar os limites do empreendimento impondo riscos de fatalidades em áreas externas serão estimadas as frequências de ocorrência com o uso de dados oriundos de bancos de dados e/ou literaturas internacionais, sendo, quando possível, realizado o estudo do encadeamento acidental a partir das causas básicas para geração do evento acidental por meio de análise por árvore de falhas (AAF).	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	f) Estimativa e Avaliação dos Riscos: para os eventos acidentais que verem potencial de extrapolar os limites do empreendimento impondo riscos de fatalidades em áreas externas serão estimados os riscos social e individual, sendo para isto utilizado um modelo matemático de cálculo aceito internacionalmente. Para a estimativa dos riscos serão usados dados de frequência de ocorrência, ocupação humana circunvizinha (comunidade) e dados de entrada das modelagens de consequências. Os riscos estimados serão avaliados segundo critérios aplicados nacionalmente, em especial os apresentados pela Norma Cetesb P4.261 - "Risco de Acidente de Origem Tecnológica - Método para decisão e termos de referência", de dezembro de 2011	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	g) Medidas para Redução dos Riscos e Recalculo dos Riscos: Caso os riscos estimados quantitativamente durante a etapa de estimativa e avaliação dos riscos social e individual estejam situados em região de tolerabilidade, serão propostas medidas de redução das consequências e/ou das frequências de ocorrência e realizado o recalculo dos riscos para mensurar a redução exata dos riscos proporcionada com as medidas	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	h) Gerenciamento dos Riscos: com base nos riscos estimados e avaliados, nas salvaguardas presentes e nas recomendações propostas será proposto o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) a ser implantado para a etapa de operação do empreendimento. Este PGR contemplará, minimamente, utilizando como referência os itens listados na Parte IV da Norma Cetesb P4.261, sendo estes	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	416 - Informações de segurança de processos; a revisão de riscos de processos	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	a) Gerenciamento de modificações;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	b) Manutenção e garantia de integridade de sistemas críticos;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	c) Procedimentos operacionais para atividades críticas.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	d) Investigação de incidentes;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	e) Auditorias periódicas do sistema de gestão dos riscos; e	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	417 - Plano de Ação de emergência (PAE) integrado com: i) Plano de Prevenção e de Controle de Emergências (PPCE); ii) Plano de contingência I. O Plano de Ação de emergência deve estar alinhado com os eventos acidentais identificados no Estudo de Análise de Riscos, sendo composto minimamente por	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	a) Área de abrangência do plano;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	b) Relação de produtos perigosos e localização, com forma de armazenamento / disposição;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	c) Tipos de alertas emergenciais; Cenários acidentais;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	d) Fluxograma de acionamento do plano;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	e) Estrutura organizacional com definição de responsabilidades no PAE;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	f) Ações de resposta para cada cenário acidental contemplado no PAE, contemplando: procedimento de avaliação, isolamento de área, ação direta e ações de rescaldo;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	g) Relação de recursos humanos e materiais disponíveis, por turno, com localização destes na Unidade.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	h) Relação de agentes externos, com telefone, os quais possam ser usados para apoio no combate e atendimento emergencial;	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	i) Relação de treinamentos teóricos e práticos (simulados) do PAE, com cronograma; e	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	j) Anexos para suportar o atendimento emergencial, tais como plantas do empreendimento e relatórios de avaliação de treinamentos teóricos e práticos do PAE.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	418 - Cabe destacar que o presente capítulo e parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental, e deverá ser incorporado, de forma apropriada, no Relatório de Impacto Ambiental.	V	15	15	Estudo de Análise de Risco	Cap. 15. Estudo de Análise de Risco
VOL 4	419 - A partir da avaliação dos impactos globais do empreendimento, considerando a perspectiva de efeitos cumulativos e sinérgicos da sua implantação e operação, este item deve ser conclusivo, apresentando justificativas técnicas quanto à viabilidade ou inviabilidade ambiental do projeto proposto claramente fundamentada nas bases do EIA	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	420 - Para tanto deve, necessariamente, considerar os seguintes quesitos:	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
VOL 4	a) Disponibilidade de recursos naturais necessários ao funcionamento do projeto;	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	b) Disponibilidade de recursos ambientais para gerações futuras: prognóstico de mitigação e controle ambiental, concepção do plano de recuperação de áreas degradadas e de uso futuro;	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	c) Compensação Ambiental;	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	Nd) Compatibilidade com políticas públicas da União do Estado e Município	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	e) Inserção do projeto com a sociedade local e regional (efetivo envolvimento das comunidades no processo);	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	f) Abordagem sobre a capacidade gerencial e operacional para tratativas dos impactos ambientais decorrentes do empreendimento, inclusive dos inevitáveis (áreas degradadas pela mineração), bem como dos riscos ambientais associados; e	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	g) Que os investimentos na recuperação de áreas degradadas pelo empreendimento, conforme determinação constitucional, e nas demais obrigações relacionadas ao controle ambiental, foram devidamente considerados na viabilidade econômica do projeto e, portanto, compatíveis com a capacidade financeira do empreendedor e/ou fluxo de caixa do projeto.	IV	16	16	CONCLUSÃO	Cap. 16. Conclusão
VOL 4	421 - O EIA/RIMA deverá conter a bibliografia citada e consultada, especificada por área de abrangência do conhecimento. Todas as referências bibliográficas utilizadas deverão ser mencionadas no texto e referenciadas em capítulo próprio, segundo as normas de publicação de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).	IV	17	17	Referências Bibliográficas	Cap. 17. Referências Bibliográficas
VOL 4	422 - O EIA/RIMA deverá conter uma listagem dos termos técnicos e acrônimos utilizados no estudo, explicitando e explicando seus significados.	IV	18	18	Glossário	Cap. 18. Glossário
RIMA	423 - As informações técnicas geradas no EIA deverão ser apresentadas em um documento em linguagem acessível ao público, que é o Relatório de Impacto Ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA n° 001/86.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	424 - O Relatório de Impacto Ambiental refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	425 - As informações técnicas deverão ser expressas em linguagem acessível ao público geral e ilustradas por mapas, em escalas adequadas, quadros, gráficos ou outras técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender claramente as possíveis consequências ambientais do projeto e de suas alternativas, comparando as vantagens e desvantagens de cada uma delas. Conforme estabelece a Resolução CONAMA 001/86 o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA deverá conter, basicamente:	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	b) A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando, para cada uma delas, na fase de construção e operação a área de influência, as matérias-primas e mão-de-obra, as fontes de energia, as emissões e resíduos, os empregos diretos e indiretos que serão gerados, a relação custo-benefício social/ambiental do projeto e da área de influência.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	c) A síntese dos resultados dos estudos sobre o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	d) A descrição dos impactos ambientais analisados, considerando o projeto, as suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA

VOL	ITEM DO TR	Volume	Capítulo	Item	Título	Observação
DESENVOLVIMENTO DO EIA						
RIMA	e) A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações de adoção do projeto e de suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	f) A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados e o grau de alteração esperado.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	g) Programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	h) Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA
RIMA	426 - O RIMA deverá indicar a composição da equipe autora dos trabalhos, devendo conter, além do nome de cada profissional, seu título, número de registro na respectiva entidade de classe e indicação dos itens de sua responsabilidade técnica	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA	RIMA



Consultoria Econômica e Ambiental

 +55 (11) **2638-6664 / 3071-2721**

ESCRITÓRIO SÃO PAULO

 Rua Jerônimo da Veiga, 164, 16° andar
São Paulo, SP CEP 04536-900

SIGA A TETRA+



www.tetramais.com.br